

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

ADIRP/Câmara dos Deputados



O Brasil rejeita FHC e o FMI!

As propostas do PCdoB para sair da crise

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil reuniu-se em São Paulo, dias 30 e 31 de agosto, e aprovou um conjunto de propostas de ação política para serem realizadas até dezembro no campo político, organizativo, de formação e finanças.

A direção analisou a situação política do Brasil e decidiu "mobilizar o Partido para realizar atos amplos e representativos de agitação política em todos os Estados, denunciando a in-

vestida antidemocrática do governo FHC contra o pluralismo político e a liberdade democrática", além de reforçar e ampliar o Fórum Nacional de Luta. Foi feita também avaliação da atividade do Partido entre a juventude. Os comunistas lamentaram a morte, ocorrida um dia antes, de Dom Helder Câmara, religioso de Recife que se destacou na luta contra a ditadura militar.

Páginas 4, 5, 6 e 7

Fernando Henrique é o presidente mais rejeitado da história do país. A última pesquisa informa que 65% da população desaprovam seu governo (antes do *impeachment*, Collor foi rejeitado por 60%). Segundo o Instituto Vox Populi, FHC preocupa-se mais em seguir as ordens do Fundo Monetário Internacional do que em combater o desemprego, na opinião dos brasileiros. A obediência cega do governo aos banqueiros e ao capital monopolista vem sendo sucessivamente repudiada em manifestações como a

Marcha dos 100 Mil, dia 26 de agosto, o Grito dos Excluídos, dia 7 de setembro, e os recentes protestos de caminhoneiros e produtores rurais.

Os presidentes dos partidos de oposição reuniram-se em Brasília, dia 14 de setembro, e avaliaram que a ação unitária, responsável pelo êxito da manifestação dos 100 mil, tem de ser fortalecida, e um amplo movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho deve ser organizado.

Página 3

Partido homenageado por escola em Itapuranga - GO

A comemoração do Dia da Independência, em Itapuranga (GO) foi marcada pela homenagem do Colégio Estadual (CEITA) aos 77 anos do PCdoB. Um bloco com cerca de 50 alunos com sete faixas com frases enfocando períodos importantes do Partido, como a Constituinte de 1945, a campanha *O Petróleo é Nosso*, a Guerrilha do Araguaia, e luta pela Anistia, a redemocratização nos anos 80, o *Impeachment* de Collor (1992) e a palavra de ordem "Em Defesa do Brasil - 77 anos".

A sugestão partiu de professores da Universidade Estadual de Goiás, cuja



Escolares homenageiam o PCdoB

Centro de Documentação e Memória

Manoel Maurício Grubis historicamente os 500 anos do Brasil. A luta pela reforma agrária teve destaque. A juventude foi retratada na figura dos cara-pintadas.

Colômbia na mira dos EUA

Os Estados Unidos querem a ocupação militar da Colômbia, alegando combate ao narcotráfico. Na realidade, a ofensiva integra uma manobra para impedir o desfecho vitorioso de experiências avançadas de luta na América Latina, e tem por alvo também a Venezuela, onde ocorre um movimento de massas que abre novos caminhos à luta de libertação nacional e social. Leia nota do PCdoB sobre o intervencionismo norte-americano.



Página 7

Manuel Marulanda, das Farc-EP

NACIONAL

Ninguém serve a dois senhores

SÉRGIO MIRANDA*

Não há como servir a dois senhores ao mesmo tempo. Ao contemplar o mercado financeiro, o povo brasileiro está necessariamente excluído. O Plano Plurianual de Investimentos e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, apresentados por FHC – em um fantasioso show de pirotecnia – a uma claqué de 3 mil assessores, continuam a ser um instrumento para enganar e iludir a população.

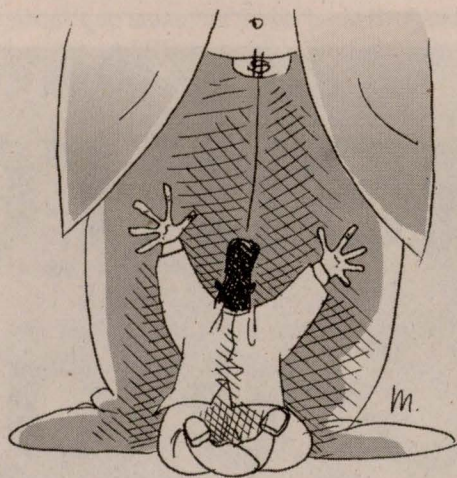
Como conjugar os prometidos índices de desenvolvimento, emprego e crescimento da economia a uma política comprometida com a geração de um *superavit* de R\$ 28,5 bilhões, a única despesa orçamentária realmente garantida? Cálculo este apoiado em projeções ainda fantasiosas, que estimam crescimento do PIB em 4% e inflação média de 6%. Caso não se alcance tal meta, a ordem é cortar gastos sociais para honrar o compromisso com o Fundo Monetário Internacional.

Contradições e equívocos

O PPA, alardeado pelos governistas como a grande retomada do crescimento da país, se apóia na clara concepção neoliberal do modelo de Estado mínimo, apenas indutor de desenvolvimento e voltado para as oportunidades do mercado. Foi preciso o governo federal dispender 15 milhões de dólares para contratar o Consórcio Brasileira, formado por consultores internacionais (Booz Alen, Bechtel e Banco ABN), que elaborou o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. E produziram um relatório finalizado em julho de 98, que desconsidera pelo menos duas grandes crises que abalaram a economia brasileira e mundial, indicando, portanto, metas questionáveis de crescimento para o Brasil, como a de 4,7% no período, em um momento de investimentos externos retraídos e investimentos públicos escassos. De antemão, um ano e meio antes, a economia foi prefixada: os portentosos índices de crescimento apregoados por FHC foram simplesmente prefixados sem uma avaliação responsável e prévia da realidade.

Todo o cenário aponta indicadores contrários aos anunciados. Basta nos remetermos ao PPA 1996/99 e compararmos com a realidade, já que nenhuma das projeções estimadas se cumpriu: o prometido crescimento da economia entre 4% e 5%, e que na verdade mal atingiu a média de 1% em quatro anos; o *deficit* alcançando 8,03% do PIB contra a disparatado anúncio do governo, que estimou em zero a necessidade de financiamento do setor público.

Além dessa grave lacuna, tais eixos foram concebidos para amparar o desenvolvimento do mercado e não para suprir a população das reais urgências sociais. Um explícito exemplo de como os investimentos estão guiados ao sabor do mercado é a absurda exclusão do Vale do Jequitinhonha, região mais pobre do Estado



de Minas, do eixo de desenvolvimento, e o direcionamento dos investimentos para a Região São Francisco como importante potencial rentável para a iniciativa privada. É o governo preparando o terreno para grandes negócios privados e se eximindo de obrigações sociais elementares, indo para onde o mercado se interessa.

Se a ótica do PPA está em consonância com a lógica do mercado, direcionando o programa de investimentos, nada mais enganoso do que a forma como o governo está divulgando a aplicação de recursos na área social. É absurdo alardear a tônica social do PPA incluindo obrigações constitucionais, como os recursos previstos para programas de ação continuada e para a Previdência – direito dos beneficiários e não favor do Governo.

Falsos acenos para 2000

Para o ano 2000, o projeto de lei orçamentária destina a incrível soma de R\$ 148 bilhões para encargos financeiros da União, ou seja, juros e amortização da dívida. Apenas o equivalente a 10% deste montante está reservado para a área de Saúde, R\$ 14,1 bilhões e 3,5%, R\$ 5,2 bilhões, para Educação. Para a programação de investimentos, R\$ 6,7 bilhões, valor menor aos R\$ 8 bilhões autorizados para o orçamento desse ano e que na verdade sequer atingiu a margem dos 10% realizados.

O determinante para a realização de despesas na área social é o cumprimento do *superavit* primário de no mínimo 2,7% do PIB, garantido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2000, no artigo 18. Diante da exigência de que não importa o quanto se arrecade, por meio de impostos e contribuições, há a autorização legal para gastar somente o que assegure uma sobra de 28,5 bilhões, que será destinada para o abatimento da dívida pública.

Essa medida engessa e cria profundas distorções nas finanças públicas, prejudicando as necessidades sociais e de investimentos para o país. Pagar os credores da dívida pública tornou-se o principal fator da execução do Orçamento. E justifica cortes e mais cortes nos setores sociais e com pessoal, além de fortalecer a política de privatizações. O desenvolvimento e o crescimento do país se contraem na manutenção e expansão deste compromisso com o grande setor financeiro.

*deputado federal (PCdoB/MG)



O deputado Inácio Arruda fala sobre o Estatuto da Cidade, em São Paulo

Câmara de São Paulo debate a reforma urbana

No dia 20 de agosto foi realizado na Câmara Municipal de São Paulo, promovido pela vereadora Ana Martins (PCdoB/SP), o seminário "Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade", com a presença do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara Federal – convidado especialmente pela Presidência da Casa paulistana. Estiveram presentes diversos pesquisadores e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP); representantes de entidades que lutam pela Reforma Urbana e pela moradia popular; os parlamentares Jamil Murad e Nivaldo Santana (PCdoB/SP); Zico, Iara Bernardes e Adriano Diogo (PT/SP); os arquitetos José Magalhães Jr., Ermínia Maricato e Cândido Malta Campos Filho; o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Edmundo Fontes; a Coordenadora da União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular, Evaniza Rodri-

gues; Adail Carvalho, do Fórum Nacional de Reforma Urbana; os representantes dos órgãos estaduais e municipais que atuam com planejamento urbano, programas habitacionais e meio ambiente; dentre outros.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano tem se empenhado para que o Brasil discuta e aprove uma regulamentação federal para a complexa problemática que envolve as regiões metropolitanas, disciplinando os artigos da Constituição de 1988 que versam sobre a política urbana.

A aprovação do Projeto de Lei 5788/90, conhecido como "Estatuto da Cidade", pode significar a democratização do espaço urbano e um avanço na definição da função social da propriedade urbana, no combate à especulação imobiliária. A "clandestinidade urbana" em São Paulo chega a atingir 60% da população. O evento fez parte de uma série de debates que está subsidiando o parecer do deputado Inácio Arruda sobre o projeto de lei.

Correio comunista no Parlamento



Foi realizada dia 25 de agosto, no Congresso Nacional, a cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo dos Correios que registra os 150 anos do *Manifesto Comunista* de 1848. O carimbo – de autoria do artista plástico Elifas Andreato – resultou de um Projeto de Indicação subscrito pelo deputado federal Inácio Arruda (PCdoB/CE) em 1998. Compareceram à cerimônia, além da bancada do PCdoB, os deputados federais Ricardo Maranhão (PSB/RJ), Virgílio Guimarães (PT/MG), Zaire Rezende (PMDB/MG), Roberto Pessoa (PFL/CE), Babá (PT/PA), João Grandão (PT/MS), Pedro Eugênio (PPS/PE), Esther Grossi (PT/RS), entre outros.

Pronunciamentos sobre o significado histórico e a importância do *Manifesto Comunista* foram realizados por Renato Rabelo, vice-presidente do Comitê Central do PCdoB; deputado Aldo Rebelo, líder da Bancada do PCdoB; e pelo deputado Inácio Arruda.



Rabelo inaugura o carimbo dos 150 anos

Com a agenda eleitoral do ano passado e o conseqüente esvaziamento das atividades do Congresso Nacional, o Centro de Documentação e Memória disponibilizado durante o mês de setembro pela agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) da Câmara dos Deputados nas correspondências emitidas para todo o território nacional.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - E-mail: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

FHC em guerra contra a nação

LUIZ CARLOS ANTERO*

O presidente Fernando Henrique acusou o Congresso de ser o responsável pelos altos juros e atraso na aprovação das reformas exigidas pelo Fundo Monetário internacional. Ele cobrou explicação ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP) sobre a indicação de Jandira Feghali (PCdoB/RJ) para relatar o Projeto de Lei 1.527/99, que altera as regras de aposentadoria, e de Ricardo Berzoini (PT/SP) para relatar o projeto que prorroga a cobrança de 27,5% do Imposto de Renda. Jandira foi indicada por Alceu Colares (PDT/RS), presidente da Comissão de Segurança.

Jandira considerou as declarações de FHC uma intromissão nos assuntos do Congresso, e disse que não admitirá "a redução de benefícios, alteração na licença maternidade ou regras que reduzam o benefício das mulheres na aposentadoria".

No dia seguinte às desastrosas declarações de FHC (que

teve de se retratar perante os presidentes da Câmara e do Senado), reuniu-se a Frente da Oposição Democrática e Popular, com a presença de Miguel Arraes, Roberto Amaral e Carlos Siqueira pelo PSB; Leonel Brizola e Vivaldo Barbosa pelo PDT; José Dirceu, Arnaldo Chagnaglia, Swedenberger Barbosa pelo PT; João Amazonas, Renato Rabelo e Aldo Arantes pelo PCdoB; Trajano Jardim e Frank Swensson pelo PCB.

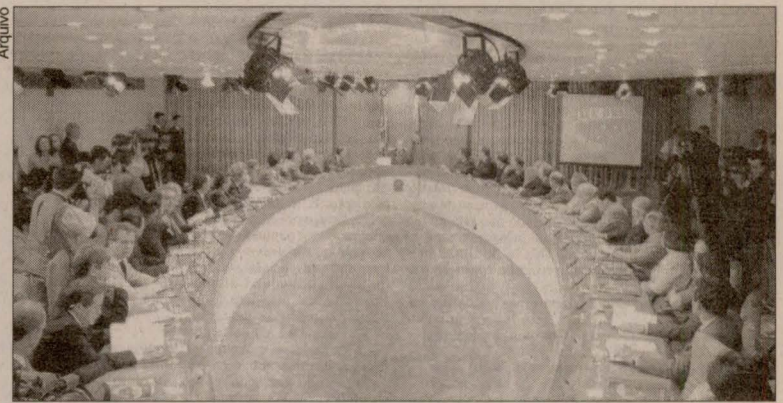
A reunião avaliou que a Marcha dos 100 Mil, dia 26 de agosto, foi altamente positiva. Seu êxito foi decorrência da unidade entre os Partidos de esquerda. Constatou que a perda de base política do governo FHC ainda não significa que a oposição passou a ser uma alternativa para a grande maioria do povo. É necessário consolidar a unidade em torno de uma proposta política de contestação e enfrentamento com o governo FHC.

O novo passo a ser dado é o lançamento do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, tendo como

núcleo a Frente de Oposição, abarcando amplas forças políticas e sociais. No dia 30/9 haverá outra reunião da Frente para aprovar um manifesto, a data e a forma de lançamento. Serão discutidas formas de articulação dos parlamentares da Frente na Câmara e no Senado.

Temporada de caça

FHC iniciou a temporada de caça mais recente exonerando seu amigo Clóvis Carvalho da pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e reafirmando o poder dos homens de confiança da agiotagem internacional, Pedro Malan e Armínio Fraga. Nomeou um representante dos banqueiros e empreiteiros, Alcides Tápias, para o lugar de Carvalho. Para elevar o ânimo de seus subordinados, pediu unidade à sua equipe de governo, definiu o Plano Pluri Anual (Avança Brasil) como instrumento de "guerra" e deplorou a proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de realizar um plebiscito para decidir acerca do destino da di-



Reunião do Ministério: governo repudiado pelo povo

vida externa.

Em situação de queda livre na opinião pública (a última pesquisa informa que 65% da população rejeitam seu governo — antes do *impeachment*, Collor foi rejeitado por 60%), os golpes começam a partir de onde o presidente não espera, como a adesão explícita do governador cearense Tasso Jereissati ao bloco dos críticos. O governador tucano atacou a disseminação do "receituário vindo do Consenso de Washington": "analisam-se as metas com o FMI, pressupondo-se que, se estes números estiverem bem, o país vai bem"; "o que está aí é ruim".

O descaso deste governo com o povo é admitido com desenvoltura pelos seus auxiliares. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, revelou que R\$ 2,5 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que FHC disse que iriam financiar do programa nacional de habitação, foram utilizados para comprar títulos do governo, para rolar a dívida interna. O ministro da Agricultura, Pratinete Moraes, informou que o Banco do Brasil não libera dinheiro do Programa Nacional de Agricultura Familiar.

*Colaboraram Aldo Arantes e Apolinário Rebelo

Proposta de reforma política golpeia a democracia

ALDO REBELO*

Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara o Projeto de Lei nº 178, de 1999, originário do Senado Federal (PL nº 1562, de 1999 na Câmara), que estabelece o fim das coligações proporcionais já a partir das próximas eleições do ano 2000.

A principal argumentação para esta medida, segundo seus autores, relaciona-se com a necessidade de se proibir as chamadas legendas de aluguel, além do fortalecimento dos partidos, tema recorrente das chamadas reformas políticas propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e por seu partido, o PSDB.

O pretexto de coibir os chamados partidos de aluguel e fortalecer o quadro partidário não consegue esconder o casuismo de tal projeto. O que se pretende, na verdade, é a ampliação do monopólio eleitoral pelos grandes partidos, e dentro deles, o controle autocrático dos caciques e chefões partidários sobre suas respectivas legendas.

O projeto atenta contra o princípio da liberdade partidária estabelecido pelo artigo 17º da Constituição Federal, segundo o qual "é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos". Ora, se a Constituição assegura aos partidos prerrogativas dessa amplitude, por que uma lei iria restringir uma atribuição menor como a



coligação proporcional?

Considere-se ainda que as desigualdades econômicas e sociais somadas às diferenças e deformações regionais refletem nos partidos, de tal maneira que um partido hegemônico em um Estado necessita estabelecer acordos eleitorais e alianças em outros em benefício de seus objetivos políticos e mesmo de sua sobrevivência.

Quanto às legendas de aluguel, é um caso a ser examinado na esfera da justiça eleitoral e criminal, não podendo ser usado como desculpa para restringir a liberdade de organização e funcionamento dos partidos antes, durante e depois das eleições.

A faculdade de celebrar coligações se configura como matéria de decisão interna das agremiações partidárias, diante de determinadas circunstâncias político-eleitorais não cabendo à lei condicionar ou proibir o exercício desse direito. É a garantia de regras democráticas de convivência partidária e de realização de eleições que pode con-

tribuir para o fortalecimento dos partidos. Foi exatamente pelo cerceamento desse direito e pela imposição de sistemas autoritários que o Brasil jamais conseguiu criar partidos fortes baseados em programas e doutrina.

Não esqueçam o célebre comentário do Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete monárquico, ao atribuir a queda da Monarquia à inexistência de partidos políticos no segundo reinado. "Ficção" disse o Visconde, ao se referir aos partidos que deram sustentação ao Imperador Pedro II.

Por fim não custa lembrar que tramitam nesta Casa pelo menos 120 projetos de autoria dos deputados que tratam de alteração da legislação eleitoral e partidária e que mereceriam, em respeito aos seus esforços, serem examinados conjuntamente com a matéria proveniente do Senado.

*deputado federal e líder do bloco PCdoB-PSB

O governo investe contra a liberdade partidária

O Senado acaba de aprovar projeto de lei que proíbe coligações partidárias para as eleições proporcionais. O objetivo é impedir que os partidos, grandes ou pequenos, possam decidir sobre seus próprios procedimentos eleitorais. Por pressão governamental, a tramitação do projeto, já apressada no Senado, poderá ser feita sob regime de urgência na Câmara, para que tudo seja aprovado antes do fim de setembro. Assim, a medida antidemocrática vigoraria já nas próximas eleições de 2000.

O dispositivo que se pretende introduzir na legislação é o inciso VIII dos "princípios" do funcionamento dos partidos, das Constituições outorgadas pela ditadura em 1967 e em 1969. O caráter discricionário do mesmo não muda, se antes foi o regime militar que o impôs, se agora são políticos elitistas que o restauram: uns e outros manifestam a aversão que têm à democracia.

A proibição pretendida alcança todos os partidos e trunca o processo das próximas eleições. Entretanto, especialmente golpeia os partidos pequenos. Os de inspiração ideológica e oposicionista poderiam ser afastados do Parlamento, risco que paira sobre o partido dos comunistas.

São inteiramente falsos os pretextos que fundamentariam o golpe sórdido, tipo acabar com partido de aluguel, garantir governabilidade, fortalecer perfis partidários. É intolerável pretender acabar com partidos de aluguel e atingir agremiações como o PCdoB. Depois, o que gera a cri-

se da governabilidade no país não é o pluralismo partidário nem os pequenos partidos, mas a fracassada política governamental repelida pelo povo. Por fim, não cabe a governos produzir leis supostamente para fortalecer perfis partidários. O povo é quem os fortalece, se neles acredita, e quem os elimina, se deles se distancia.

O PCdoB atua nas casas parlamentares brasileiras, mas não é um partido parlamentar apenas. Quando foi impedido de estar no Parlamento e quando regimes fascistas prevaleceram, buscou outras formas de luta, e foi até ao Araguaia. Contudo, em defesa da democracia, o PCdoB defende a atividade parlamentar, e procura valorizá-la, dela participando com competência, espírito de luta e honradez. Retirar o PCdoB do parlamento significará sério retrocesso político em nosso país.

Ao tempo em que denuncia o golpe sórdido tramado por FHC e seus acólitos contra a democracia representativa, o PCdoB conclama os trabalhadores, a intelectualidade progressista, os deputados federais, estaduais e os vereadores, bem como todos os comprometidos com os ideais democráticos e a nação brasileira, a batalharem urgentemente contra a aprovação pela Câmara da medida ditatorial pretendida e pela efetiva liberdade partidária em nosso país.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
São Paulo, 30 de agosto de 1999.

NACIONAL

Vitória da Marcha dos 100 mil em defesa do Brasil

A "Marcha dos 100 Mil" foi a maior manifestação popular que Brasília já sediou, ocupando a imensa Esplanada dos Ministérios desde as primeiras horas do dia 26 de agosto. Até o comandante da Polícia Militar admitiu a existência de cerca de 90 mil pessoas no pico da manifestação. A polícia rodoviária federal criou dificuldades, mas não conseguiu impedir que 1.386 ônibus de manifestantes de todo Brasil entrassem em Brasília. Foi o maior protesto popular dos últimos tempos e o mais representativo e enérgico contra FHC.

Para o deputado federal Haroldo Lima, PCdoB/BA, "quando um ministro de Estado chega ao ridículo de chamar as TVs ao seu gabinete para exibir um cálculo exato de manifestantes tirado do bolso do colete, como pateticamente fez o ministro Pimenta da Veiga, é um sinal de que o governo acusou o golpe recebido e sabe que esta será apenas a primeira de uma série de grandes manifestações contra FHC".

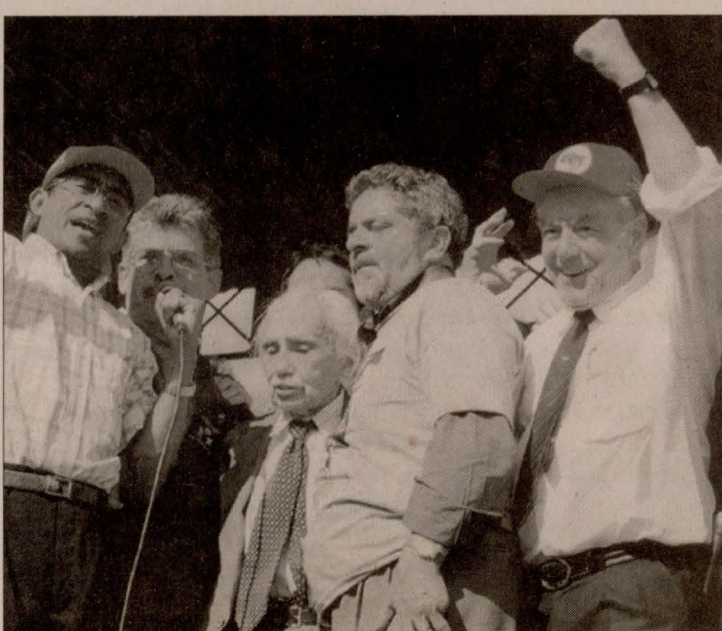
1,3 milhão de assinaturas

A oposição entregou ao presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas, pedindo a instalação de CPI para investigar a participação do presidente da República no favorecimento de um grupo privado durante o leilão de privatização da Telebrás.

O ato foi realizado com o esforço conjugado do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania e da Frente de Oposição Democrática e Popular. Falaram representantes da CUT, UNE, CONTAG, MST, além de outras entidades. Falaram também o bispo de Goiás, dom Tomás Balduino; o ex-presidente da OAB, Marcello Laveneri; o presidente do IAB, João Luiz Pinaud; o senador Roberto Requião, além de representantes do PL, PSTU e lideranças dos partidos que compõem a Frente de Oposição Democrática e Popular: João Amazonas, Zuleide Faria, Miguel Arraes, Leonel Brizola, José Dirceu e Lula.

O PCdoB jogou importante papel nessa marcha. Liderou um grande contingente de estudantes, trabalhadores e servidores públicos de diversos Estados. Das 1,3 milhão de assinaturas entregues ao presidente da Câmara Michel Temer, o PCdoB

participou com 405 mil. O visual do Partido foi destacado, bem como a presença de parlamentares federais, estaduais e um grande número de vereadores, além de lideranças estudantis, sindicais e do movimento popular. João Amazonas, em nome do Partido Comunista do Brasil, colocou a necessidade da união das forças para afastar Fernando Henrique Cardoso e construir uma nova alternativa para o país.



Oposição unida, marca da marcha de 26 de agosto

REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL

O povo em luta contra FHC

JOÃO AMAZONAS*

Em primeiro lugar, quero parabenizar a todo o Partido pela realização do grande protesto de 26 de agosto. O Partido Comunista do Brasil jogou um papel importante no sucesso da manifestação – dirigentes e coletivo deram uma enorme projeção ao nosso PCdoB. A presença política destacada dos comunistas na luta contra o neoliberalismo e o governo de FHC é motivo de orgulho para todos nós.

Ao observarmos os últimos acontecimentos no mundo, verificamos que prossegue a ofensiva do neoliberalismo, com suas conseqüências calamitosas. É o caso do que está ocorrendo na Iugoslávia: a intervenção militar criminosa contra esse país, organizada pelos Estados Unidos, tinha como pretexto proteger a população albanesa local, mas agora o que estamos presenciando é a expulsão em massa dos sérvios de Kosovo e a intensificação das manobras para derrubar Milosevic. E enquanto continuam os crimes contra a população da Iugoslávia, já começam também as manobras para a ocupação militar na América Latina. A Colômbia entra na ordem do dia – mas o que há de novo para justificar a tentativa de intervenção militar na Colômbia? Na realidade, o problema está ligado à Venezuela. Após a eleição do presidente Hugo Chávez e da Assembléia Constituinte, a Venezuela ousa mudar de rumos, e por meios democráticos. Ousa questionar o neoliberalismo, e isso é inaceitável para as classes dominantes e os imperialistas norteamericanos!

Aprofundamento das dificuldades

No Brasil, presenciamos o agravamento da situação e o aprofundamento das dificuldades em todos os setores. A flutuação da moeda, com a desvalorização do real, vai se tornando permanente. A perda da capacidade industrial persiste – São Paulo, o maior parque industrial do país, amargou uma queda de 3,4% em julho. O desemprego vai alcançando índices alarmantes e sem precedentes. Ao mesmo tempo, o governo insiste em sua política de privatizações, ameaçando entregar aos grandes monopólios estrangeiros a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal etc.

A crise reflete-se na conjuntura política, e a base governista está sofrendo um sério abalo. Antônio Carlos Magalhães,



Comunistas tiveram presença destacada no protesto em Brasília

velho oligarca nordestino, começa a criticar abertamente o governo. Mário Covas, em São Paulo, também trata de divulgar as restrições que faz à orientação federal. O PMDB, da base governista, insinua que são necessárias mudanças. Em meio a tal situação, Fernando Henrique realizou a sua reforma ministerial, mas ela se mostrou pífia, não levou a coisa alguma. O descontentamento, mesmo nos setores governistas, persiste. As reformas fiscais pretendidas pelo governo encontram resistência. A reforma político-eleitoral restringe-se, no fim das contas, a tentar limitar a atuação dos comunistas e de outros partidos. Temos de realizar um grande esforço para impedir o isolamento dos comunistas pretendido por essa reforma partidária. Devemos demonstrar que ela é, na realidade, um retrocesso na vida democrática de nosso país.

Em resposta a essa situação, crescem o sentimento oposicionista e a mobilização popular. As pesquisas de opinião apontam para a desaprovção generalizada do governo de FHC. Três grandes acontecimentos demonstram que essa desaprovção está se transformando em grandes ações de massa: a greve dos caminhoneiros, a manifestação dos ruralistas em Brasília e o vibrante protesto popular de 26 de agosto. A greve dos caminhoneiros praticamente paralisou o país, com as justas reivindicações de fim dos abusos nos preços dos pedágios, contra o aumento do preço dos combustíveis e por melhorias nas estradas; o protesto dos produtores rurais, cobrando a redução dos juros absurdos e redução das dívidas; e a Marcha dos 100 Mil, exigindo mudanças dos rumos da política econômica imposta por Fernando Henrique inauguram uma fase nova, um novo momento da luta popular e política no Brasil.

Luta em novo patamar

O ato do dia 26 em Brasília foi um dos acontecimentos mais importantes do país, nos anos recentes. Uma mobilização de caráter nacional contra um presidente que tem um apoio massivo e agressivo dos grandes meios de comunicação. A luta oposicionista foi levada a um novo patamar. Mais de 100 mil pessoas deslocaram-se dos pontos mais distantes e encontraram-se no Planalto Central para registrar seu descontentamento com os rumos do governo. Levaram consigo documentos com 1,3 milhão de assinaturas, exigindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar irregularidades do governo no processo de privatização e abrir caminho para por Fernando Henrique fora do governo. Essas assinaturas representavam as "presenças" presentes de mais de 1 milhão de brasileiros nesse protesto memorável.

Assustado com a movimentação popular, o governo ameaçou com a repressão e a classificou como golpismo. Ora, golpismo cínico foi a reeleição de Fernando Henrique, conseguida de forma suspeita no Congresso e violentadora de toda a tradição republicana de nosso país! O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, chegou a classificar a Marcha dos 100 Mil de "movimento subversivo", tirando das catacumbas a velha oratória dos tempos da ditadura militar. Mas ficaram impotentes diante da magnitude do protesto.

Diante desse enorme êxito das oposições, as elites governantes passam, então, a apostar na divisão do movimento popular e democrático. A frente oposicionista é o fato novo e importante da vida política brasileira. Para o governo é decisivo dividir a oposição. Por isso, passou a referir-se ao PDT e ao PCdoB como partidos "subversivos", enquanto os outros partidos seriam "moderados". Para uns, a luta oposicionista significa buscar o fim desse governo que aí está e a adoção de rumos diferentes para o país. Para outros, o interesse é apenas empurrar a situação até 2.002, com o desgaste crescente do governo, e então disputar as eleições presidenciais.

Não podemos ser ingênuos. De nossa parte, a união até agora alcançada, em que pese sua tremenda importância, é ainda insuficiente. O nosso desafio, com o "Fora FHC!", é dar ao povo a perspectiva de que é possível tirar Fernando Henrique do governo, antecipando as eleições. Temos de mudar a orientação do país, resgatar a nação vilipendiada da situação em que se encontra, mesmo que isso signifique mexer nos interesses dos poderosos – aliás, isso só será alcançado mexendo nos interesses dessas elites. Para fazer valer os interesses dos sem terras, sem tetos, sem empregos, sem escolas, sem saúde, não basta uma política de pressão sobre os atuais governantes. Não podemos aceitar remendos, não podemos concordar com a empulhação de Fernando Henrique para continuar aplicando a política neoliberal. Contudo, o "Fora FHC!" também tem seus percalços, também apresenta perigos. O falso radicalismo é o principal deles, e pode nos conduzir ao isolamento e à derrota. Devemos estar atentos para manter a sintonia com o sentimento popular e fazer avançar a unidade e a luta contra o neoliberalismo.

Lucidez para direção segura

Assistir nosso povo se levantando, se organizando, nos alegra. Mas é preciso muita lucidez para garantir uma direção segura a esse processo – eis o grande desafio para o nosso Partido. Temos de fortalecer a Frente das Oposições e organizar um movimento cívico mais amplo. As divergências que ocorram entre os setores oposicionistas e de esquerda devem ser contornadas. Não podemos permitir que elas levem à divisão, que só favoreceria ao projeto do inimigo de classe. Não devemos contribuir para a divisão, mas conquistar a maioria dos companheiros para fortalecer a união. Foi a unidade oposicionista que fez da Marcha dos 100 Mil uma grande vitória de nosso povo.

* presidente do PCdoB, informe apresentado na reunião do Comitê Central em 29 de agosto

REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL



Renato Rabelo fala durante a reunião do Comitê Central

O Brasil precisa mudar de rumo!

O mundo sofre com a continuidade da ofensiva do neoliberalismo e suas conseqüências calamitosas. Na Iugoslávia, por exemplo, a intervenção militar criminosa, organizada pelos Estados Unidos, tinha como pretexto proteger a população albanesa local, mas o que está ocorrendo é a expulsão em massa dos sérvios de Kosovo e a intensificação das manobras para derrubar Milosevic. Na América Latina também começam as ações visando a ocupação militar: o que há de novo para justificar a tentativa de intervenção militar na Colômbia? Na realidade, o problema está ligado à Venezuela. Após a eleição do presidente Hugo Chávez e da Assembléia Constituinte, esse país ousa mudar de rumos, e por meios democráticos. Ousa questionar o neoliberalismo, e isso é inaceitável para as classes dominantes e os imperialistas norte-americanos!

No Brasil, aprofundam-se as dificuldades em todos os setores. A flutuação da moeda, com a desvalorização do real, vai se tornando permanente. A perda da capacidade industrial persiste. O desemprego vai alcançando índices alarmantes e sem precedentes. O governo insiste em sua política de privatizações.

A base política de Fernando Henrique Cardoso sofre um sério abalo. FHC realizou uma reforma ministerial pífia. O descontentamento, mesmo nos setores governistas, persiste. As reformas fiscais pretendidas pelo governo encontram resistência. A reforma político-eleitoral restringe-se a tentar limitar a atuação dos comunistas e de outros partidos. Trata-se, na realidade, de um retrocesso na vida democrática do país.

Em resposta a esta situação, crescem o sentimento oposicionista e a mobilização popular. Três grandes acontecimentos demonstram que a desaprovação aos rumos adotados pelo governo está se transformando em grandes ações de massa: a greve dos caminhoneiros, a manifestação dos ruralistas em Brasília e o

vibrante protesto popular de 26 de agosto. A greve dos caminhoneiros praticamente paralisou o país, reivindicando o fim dos abusos nos preços dos pedágios, melhorias nas estradas e posicionando-se contra o aumento do preço dos combustíveis; o protesto dos produtores rurais cobrou a redução dos juros absurdos e redução das dívidas; e a Marcha dos 100 Mil exigiu mudanças dos rumos da política econômica imposta por Fernando Henrique. Tais fatos inauguram uma fase nova, um novo momento da luta popular e política em nosso país.

Assistir nosso povo se levantando, se organizando, nos alegra. É preciso muita lucidez para garantir uma direção segura a esse processo – eis o grande desafio para o nosso Partido. Temos de fortalecer a Frente das Oposições e organizar um movimento cívico mais amplo.

Resoluções do Comitê Central

Diante da evolução da situação política, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil decide:

1 Continuar envidando esforços para consolidar a Frente Democrática e Popular como núcleo de um movimento cívico de grande união do povo em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho;

2 Reforçar e ampliar o papel do Fórum Nacional de Luta – fórum de mobilização social e popular –, procurando estabelecer em seu âmbito uma agenda de grandes mobilizações até o final deste ano, e participar nos atos programados pelas organizações populares e entidades da sociedade civil;

3 Mobilizar o Partido para realizar atos amplos e representativos de agitação política em todos os Estados, denunciando a investida antidemocrática do governo FHC contra o pluralismo político e a liberdade partidária.

Fortalecer e ampliar os Comitês Municipais

DILERMANDO TONI

O Comitê Central analisou a aplicação do Plano de Estruturação Partidária/99 e definiu orientações para a sua segunda fase, a ser completada neste semestre

Em todos os Estados da Federação, à exceção de Tocantins, foram eleitos Comitês Estaduais do Partido no processo das Conferências. Cerca de 840 camaradas passaram a exercer a função de dirigentes estaduais do PCdoB.

Vários Comitês Estaduais (CEs) elaboraram e colocaram em execução planos de estruturação partidária em consonância com o plano do Comitê Central. Os CEs procuraram se estruturar e se organizar melhor, envolvendo um maior número de seus membros nas tarefas de direção, fortalecendo suas Comissões Políticas e organizando comissões auxiliares da direção maiores e de melhor qualidade.

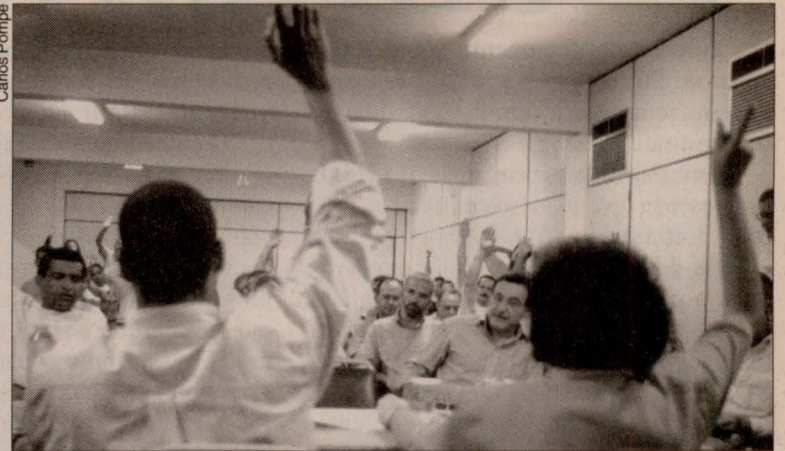
Elevar o trabalho dirigente

O Partido buscará avançar no processo de especialização e de profissionalização dos membros dos CEs, de suas Comissões Políticas e de suas comissões auxiliares, a fim de que se possa elevar e harmonizar o trabalho de direção das frentes de estruturação partidária – organização, propaganda, formação e finanças –, de direção das frentes de lutas sociais e sindical e de direção política propriamente dita.

No processo de Conferências Estaduais e Municipais foram eleitos cerca de 5800 dirigentes municipais e distritais. Em algumas capitais surgiram Comitês Municipais (CMs) com o caráter de verdadeiros organismos dirigentes intermediários onde, até então, não existiam ou só existiam pró-forma.

O Partido vai organizar e fortalecer CMs adotando o critério faixas de municípios (por número de habitantes estimados pelo IBGE para 98, combinado com o número de votantes em 98 por município). Aproximadamente o número de votantes é a metade da população.

Faixas e prioridades: 1ª - de mais de 200 mil eleitores/mais de 400 mil habitantes; 2ª - entre 100 mil e 200 mil eleitores/de 200 mil a 400 mil habitantes; 3ª - entre 50 mil e 100 mil eleito-



Meta de 17 mil filiações deve ser suplantada até dezembro

res/de 100 mil a 200 mil habitantes; 4ª - entre 20 mil e 50 mil eleitores/de 40 mil a 100 mil habitantes; 5ª - municípios menores onde já existe Partido organizado.

Dos 5.507 municípios brasileiros, os que têm mais de 40 mil habitantes são 630. Nestes, há uma população de 106.543.213 habitantes, que corresponde a 66% (dois terços) do total dos 161.790.311 brasileiros (dados do IBGE).

Nos 45 municípios com mais de 200 mil eleitores, ou seja, de 500 mil habitantes para cima, o Partido se faz presente em todos eles, inclusive com vereadores em 17.

Atuar através das OBs

Quanto à ampliação/implantação, o Partido irá nomear imediatamente Comitês Provisórios e realizar Conferências Municipais onde for possível. Quanto ao fortalecimento dos CMs existentes, o objetivo é elevar a compreensão do caráter de organismo dirigente intermediário dos CMs e Comitês Distritais (CDs). Isto significa que eles devem se dedicar à aplicação da política e à construção do Partido em sua área específica de atuação.

Para isso é fundamental ter iniciativa e levar em conta as particularidades do município, por exemplo na luta política imediata contra FHC, pelos direitos sociais, no trabalho preparatório das eleições municipais de 2000 etc. Esse trabalho só pode ganhar vulto se os CMs e CDs agirem através das Organizações de Base do Partido devendo, portanto, desenvolver esforços para estruturá-las e dirigilas. Os CMs e CDs devem se estruturar e se aparelhar, dividindo tarefas e responsabilidades entre seus membros, provi-

denciando sedes etc.

Foram filiados novos 9 mil camaradas na primeira fase do Plano, pouco mais da metade da meta de 17 mil estabelecida pelo plano nacional até o final do ano. Na base do Partido, 21,5 mil camaradas participaram do processo de Conferências Estaduais em todo o país.

O ambiente político para a filiação ao Partido é muito favorável. Foram quase 4 mil ligações para o 0-800 do Partido, pedindo filiação, de 12 de julho até 9 de setembro. Uma outra maneira que vem se mostrando positiva e que deve merecer a atenção do Partido são os pedidos de ingresso pela Internet, que tem 3 milhões de usuários no Brasil. Alguns Estados se destacaram no processo de filiação, como o Rio de Janeiro e o Maranhão. Alguns parlamentares enviaram fichas a pessoas selecionadas dos seus bancos de dados.

Orientações básicas

Avaliando o atual estágio organizativo do Partido, foi decidido persistir em duas orientações básicas: 1 – filiação de novo tipo, na luta, em um só momento = militância + divulgação + contribuição + formação; 2 – nenhum comunista fora das OBs. Deve-se manter em constante funcionamento as bases atualmente constituídas e procurar integrar todos os filiados em OBs, desencadeando uma ampla divulgação e discussão do documento “Nenhum comunista sem Organização de Base” de agosto de 99. O Partido buscará suplantando a meta de 17 mil novos filiados até o fim do ano, atraindo, inclusive, lideranças de prestígio. As lideranças partidárias, parlamentares, sindicalistas, jovens e populares devem se comprometer concretamente com o trabalho de filiação.



Saiu o novo número da revista Debate Sindical

Faça já a sua assinatura - 4 edições por R\$ 30,00

Entre em contato com o Centro de Estudos Sindicais (CES),
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista,
CEP 01323-010, São Paulo - SP, telefone (0__11) 289-9574

REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL

Sobre o relançamento da UJS e a organização dos jovens comunistas

Trechos do documento sobre o trabalho do PCdoB junto à juventude, aprovado na reunião do Comitê Central de 30 de agosto de 1999:

Uma das marcas principais do PCdoB é a presença juvenil na sua militância, fonte de crescimento e renovação.

Desde o final dos anos 70, e em particular a partir de 1992, temos acumulado força e prestígio em nosso trabalho juvenil, principalmente no movimento estudantil. Uma boa parte dos atuais dirigentes e militantes do Partido vieram dessa frente.

Na atual década, ao passo que aumentávamos a nossa influência política no movimento juvenil, o trabalho de construção da UJS foi sendo subestimado e a UJS aos poucos se esvaziava. É nesse contexto que o Comitê Central decide, em abril de 1996, na sua 12ª Reunião, pelo relançamento da UJS enquanto organização juvenil, da qual participam amplas massas, socialista, sob a direção política e ideológica do Partido e com plena autonomia organizativa. Essa decisão também foi aprovada no 9º Congresso do Partido, em 1997. O Comitê Central, na reunião de abril de 1996, decide ainda organizar os jovens comunistas na União da Juventude Socialista.

A direção partidária é a fonte da força e a premissa para o êxito na atividade da UJS. Esse é um princípio fundamental.

A União da Juventude Socialista é força auxiliar do Partido. A UJS é ampla no sentido de um extenso e massivo movimento juvenil, mas não no sentido apartidário ou pluripartidário.

Ao mesmo tempo, a UJS é uma organização juvenil da qual participam amplas massas, uma organização de luta pelos direitos da juventude. É um espaço de vivência e de formação cultural e política da juventude. Organiza a juventude mais avançada e combativa (militantes e simpatizantes do Partido, e jovens mais conscientes), e mobiliza os filiados e os jovens em um movimento mais amplo por uma vida melhor, por ideais de liberdade, solidariedade, democracia, independência nacional e pelo socialismo. É uma escola de formação socialista da juventude.

A grande novidade do relançamento da UJS é a orientação para que os comu-

nistas que atuam na frente juvenil organizem-se na UJS, o que faz com que o Partido atue nessa frente *através da UJS*.

O entendimento correto da autonomia organizativa é que a UJS é uma organização juvenil separada do Partido, com iniciativas e atividades juvenis próprias; com decisões, estrutura orgânica e Estatuto próprios. Como organização juvenil separada do Partido, a UJS necessita de uma militância própria. O centro da questão é garantir um contingente próprio para a UJS. Daí a razão de organizar os jovens comunistas na UJS.

Os jovens comunistas atuam na UJS respeitando e acatando, sempre, as decisões e o Estatuto da União da Juventude Socialista. Todas as decisões devem ser tomadas nas instâncias da organização juvenil.

A organização dos jovens comunistas na UJS nada tem a ver com o desligamento desses jovens comunistas do Partido.

Pelo contrário, sempre se procurou a forma de organizar os jovens comunistas no Partido. É tarefa destes fazer a propaganda partidária dentro da UJS, convidando dirigentes partidários para palestras, divulgando materiais da imprensa partidária e filiando os seus companheiros de UJS ao Partido.

Avaliação do trabalho recente da UJS

A UJS foi relançada enquanto organização juvenil nas campanhas eleitorais de 96 e 98, no movimento contra a reeleição, na luta contra a venda da Vale e nas atividades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Merece destaque o ato político do 8º Congresso Nacional da UJS, em julho de 1996, prestigiado por lideranças de todas as forças da oposição a FHC.

A UJS realizou a primeira fase da campanha "Sem emprego não dá", durante a campanha eleitoral de 98.

A organização juvenil passou a ter a responsabilidade de dirigir toda a nossa intervenção no movimento estudantil e se desenvolveu como corrente desse movimento (finalmente afirmou-se como cor-

rente entre os universitários), sendo vitoriosa no 45º e no 46º Congressos da UNE, em 1997 e 1999, e no 32º Congresso da UBES, em 1997.

Sem dúvida, a prioridade da UJS deve continuar sendo a atuação entre os estudantes.

A UJS participou do Festival Nacional da Juventude, em Brasília, em 1998, e participa das articulações para criar o Fórum Nacional de organizações juvenis. Copromoveu o II Encontro da Juventude Negra e Favelada, em 1998, e começou a se inserir no movimento hip-hop (rap). Promoveu junto com a CSC, também em 1998, o Encontro de Jovens Trabalhadores Socialistas, que iniciou a discussão sobre as bandeiras, os caminhos e as formas organizativas para o trabalho dos socialistas entre a juventude trabalhadora. Impulsionou os Encontros de Jovens Cientistas nas duas últimas reuniões da SBPC, de 1998 e 1999, e participa da coordenação da Associação Nacional de Pós-graduandos - ANPG.

Houve grande avanço nas relações internacionais. A UJS filiou-se e foi eleita para o Conselho Geral da Federação Mundial da Juventude Democrática - FMJD, e de 1999 ou para 2000.

As maiores debilidades são verificadas na área de comunicação: a UJS não tem boletins, jornais ou revistas periódicas. Na área de formação, iniciou a elaboração de uma política mais consistente e realizou alguns cursos, os tradicionais cursos de verão.

Reforçar a formação e o trabalho ideológico

Nossa União da Juventude necessita ainda ter mais iniciativa e criar condições para realizar campanhas e atividades juvenis (culturais, de esporte e lazer), adquirir maior organicidade, incrementar a comunicação e a formação, e conseguir mais recursos materiais para se constituir enquanto amplo movimento.

Há necessidade de reforço do trabalho ideológico com os jovens do Partido, preparando-os para a defesa da unidade partidária e para uma crescente politização das relações internas. Além dessa formação partidária especial para os jovens comunistas, o Partido deve orientar e acompanhar as atividades de formação da UJS para o conjunto dos seus dirigentes e filiados.

A organização dos jovens no Partido

De acordo com o Estatuto do PCdoB, o filiado é organizado por local de trabalho, moradia e estudo, e somente em casos especiais por setor de atividade. O Comitê Central considera inadequadas, em qualquer hipótese, as Organizações de Base ou Comitês setoriais de jovens. É necessário o fim imediato desse tipo de organização no Partido.

O problema de fundo é que os jovens comunistas que realizam atividade juvenil - movimento estudantil, movimento juvenil de bairros e municípios do interior, departamentos juvenis de sindicatos e outras entidades - se organizam no Partido e na UJS, portanto, em duas organizações, mas sua tarefa definida pelo Partido (inclusive pela OB da qual participa) é atuar e militar no cotidiano nos núcleos e direções da UJS.

Militando na UJS, o jovem filiado ao Partido, evidentemente, não perde a sua



Comunistas analisam atuação da UJS

condição de membro do Partido. A incorporação dos jovens comunistas à vida partidária contribui na formação político-ideológica.

Aperfeiçoar a direção partidária na frente juvenil

É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção. Estes precisam se dedicar, especializar-se e conhecer profundamente o trabalho da UJS; saber das condições de atuação e da psicologia da juventude; orientar política e ideologicamente e ter autoridade para unificar os jovens comunistas em sua atuação na UJS. Não devem ser dirigentes da UJS para poderem se dedicar mais ao trabalho executivo e cotidiano de direção partidária, principalmente ao acompanhamento da frente juvenil.

O acompanhamento coletivo das direções do Partido se dará pela discussão de nosso trabalho juvenil nos Comitês do Partido, e através de reuniões periódicas entre a Comissão Política, ou o Secretariado, e a fração dos comunistas da direção da UJS em nível correspondente. Precisa haver a coordenação permanente entre os organismos dirigentes do Partido e as frações correlatas nas direções da UJS.

É importante a eleição de jovens comunistas dirigentes da UJS para os Comitês e Comissões Políticas do Partido, como forma de maior participação na vida do Partido e reforço da direção partidária no trabalho da UJS. No entanto, **esses jovens devem ter como tarefa a militância na UJS**, e não deverão assumir outras tarefas de direção partidária do Comitê e Comissão Política de que fazem parte.

Os quadros jovens: elemento decisivo

Para manter a continuidade e a consolidação do trabalho da UJS é necessário manter as lideranças jovens por mais tempo nessa tarefa, projetando-os mais ainda entre a juventude. Esse é um investimento que, mais na frente, dá um retorno significativo. Maiores resultados exigem tempo e perseverança.

A unidade entre os jovens comunistas, e em especial entre os principais quadros comunistas dirigentes da UJS, é fundamental. A unidade na UJS depende da unidade entre os jovens comunistas e do combate às práticas liberais.

Precisamos praticar uma política de quadros que se preocupe em abrir permanentemente novas perspectivas na militância dos jovens, combinando a atividade política com outros aspectos da vida social do jovem (amigos, família, trabalho, estudo, lazer, ...), possibilitando aos militantes uma atuação mais equilibrada e estável. Resolver os conflitos da militância jovem com os demais militantes, criando uma relação de igual para igual e de confiança política.

Aperfeiçoar a direção no trabalho com a juventude

■ Ao completarem 25 anos, os jovens comunistas dirigentes da UJS em qualquer nível, devem cumprir até o fim o seu mandato e depois discutir na UJS e com a direção do Partido em nível correspondente a sua perspectiva de militância.

■ A transferência de jovens comunistas para outra tarefa partidária, sendo estes dirigentes da UJS ou jovens que atuam no movimento juvenil, deve ser discutida com a fração da direção da UJS em nível correlato e comunicada ao Comitê partidário imediatamente superior, que pode pedir a revisão da transferência. Esse controle deve ser feito também pelas Secretarias e Comissões de Organização.

■ O jovem comunista discute a atuação da UJS e os temas especificamente juvenis na própria UJS e, quando necessário, no Partido.

■ Nas universidades, o jovem comunista deve se organizar no núcleo da UJS e deve haver a coordenação entre a fração da direção do núcleo da UJS e a direção do Comitê/OB do Partido. Caso seja necessário, alguns jovens podem ser transferidos, transitoriamente, para implantar o Partido na Universidade.

■ Na escolha dos principais quadros do Partido que irão compor a direção da UJS, em cada nível, a fração de jovens comunistas deve discutir uma proposta com a direção do Partido em cada nível.

■ Encarregar as Comissões de Formação, em todos os níveis, de planejar e realizar atividades de formação partidária adaptadas aos jovens comunistas, como cursos especiais, debates e seminários. Ao mesmo tempo o Partido precisa orientar e acompanhar o trabalho de formação da UJS.

REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL

Os desafios para captar recursos para o PCdoB

RONALDFREITAS

A principal forma de captação de recursos do Partido tem sido através do Sistema Permanente de Contribuição Militante. É o terreno onde a iniciativa de finanças mais depende da mobilização e participação da estrutura organizativa do Partido.

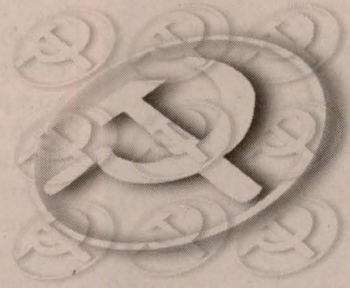
As dificuldades e obstáculos à implementação dessa nova concepção de Finanças sofre os impactos e condicionantes da grave crise econômica que vive a sociedade. A crise torna bem mais difícil a discussão e a captação de recursos para as atividades partidárias, seja junto a aliados, seja internamente.

Com a apresentação no 9º Congresso do informe sobre a situação de Finanças do Partido, o problema da construção de uma base material partidária, condizente com as necessidades políticas desse momento que vivemos, foi colocado em um novo patamar. A questão das Finanças passou a integrar as nossas discussões. De forma ainda insuficiente, mas já revelando uma nova postura de como deve ser encarado o problema. Procurou-se "politizar" a tarefa de Finanças, tirando-a do tratamento inexistente ou marginal, e colocando-a no nível dos outros componentes básicos e estruturais da construção partidária - como a **Organização** dos membros do Partido em instâncias adequadas de funcionamento; a **Formação** como elemento alimentador e sistematizador da prática; a **Militância** como elemento realizador e concretizador da nossa política; a **Propaganda** como o divulgador de nossas idéias e opções para a militância e a sociedade.

Na implementação dessa nova abordagem do problema de Finanças tomaram-se algumas medidas que estão dando os primeiros resultados, e deve ser mantido o caminho até agora perseguido. Entre essas medidas destacam-se: constituição da Comissão Nacional de Finanças; realização de ativos nacionais; discussões com comitês Estaduais e/ou Comissões Políticas e Secretariados; apresentação de informes por escrito ao Comitê Central e Comissão Política.

Contribuição Militante

A iniciativa que "mexeu" profundamente com o Partido e trouxe o debate sobre a questão de Finanças para o elenco de preocupações partidárias foi o Programa de Contribuição Permanente do Militante. Ou, como é conhecido, 'Projeto dos Carnês'. O programa continua na sua fase de implantação, está estruturado de forma técnica em bons padrões, que têm respondido ao nível de demanda existente; tem procurado dar respostas flexíveis às demandas que surgem, criado novas for-



mas de contribuição como: **sistema de cobrança em conta bancária**, por Estado; **carnê provisório (não personalizado)**; **desconto em conta corrente para os correntistas do Banco do Brasil** (em todo o país) etc.

Mas é no aspecto quantitativo, no número de adesões dos militantes-contribuintes, que se revela o real desempenho do programa, e não podemos deixar de constatar que ele está muito aquém das necessidades partidárias e das expectativas existentes.

A mobilização do Partido para o cumprimento dessa tarefa foi relativamente intensa. Ativos, debates, artigos, discussões com as instâncias partidárias. Por que o desempenho é insuficiente? Esse resultado é fruto de um misto de atitudes e comportamentos que, além de dificuldades materiais, incluem: **resistência à política proposta; incompreensão da mesma; desconfiança quanto à capacidade de a implementarmos eficazmente**; e, como elemento disso tudo, **uma postura idealista frente às questões materiais coletivas**.

Hoje, no cenário político mais geral, a atuação da frente nacional e democrática, como ocorreu nos anos 80, perde impulso. No seu lugar surge uma frente dos partidos de esquerda, onde não conseguimos angariar recursos, mas temos de aportá-los.

Cada Comitê Estadual, através de seu núcleo dirigente (Secretariado e/ou Comissão Política), deve tomar em suas mãos a efetivação da implementação no Estado do Sistema de Contribuição Permanente, estabelecendo metas a serem atingidas. Essas metas devem ter por base a realidade de cada Estado, mas se orientando no sentido de tensionar o Partido e levar os dirigentes e militantes a optarem por uma forma de contribuição ou esclarecerem porque não podem fazê-la.

O Comitê Estadual deve, também, realizar um censo que mostre:

Quem contribui com o carnê; quem contribui, mas não o faz pelo Sistema Nacional (listar e montar um sistema de controle); quem não contribui, e porque não o faz;

Todo carnê provisório entregue ao novo membro do Partido deve ter a ficha de informações, que está na capa, corretamente preenchida e devolvida, sendo indispensável colocar o nº o CPF.

A Colômbia e o intervencionismo dos EUA na América Latina

Nas últimas semanas, o aparato propagandístico e diplomático do imperialismo norte-americano desencadeou uma ofensiva intervencionista na América Latina, tendo como eixo o agravamento da situação na Colômbia. O próprio corifeu-mor da superpotência estadunidense, Clinton, emitiu declarações ameaçadoras e deixou entrevista a possibilidade de acionar sua criminoso máquina de guerra contra o país vizinho. Falseando a realidade, Clinton atribuiu caráter de "narcoguerrilha" ao movimento revolucionário dirigido pelas FARC-EP, o que foi negado pelo próprio presidente colombiano, Andrés Pastrana, e insinuou que os países vizinhos, entre eles o Brasil, estariam sendo utilizados como bases de operação da guerrilha e do narcotráfico. Na verdade, os Estados Unidos buscam o pretexto para legitimar a agressão e envolver os países latino-americanos na sua aventura.

Os sinais da intervenção são evidentes. Em sua edição de 2 de agosto, a revista *Newsweek* informou sobre a presença de 300 efetivos norte-americanos na Colômbia - 200 soldados e 100 agentes da DEA e da CIA. Somase a isso a queda de um avião dos EUA em território colombiano, acidente no qual morreram cinco oficiais daquele país. A evidência maior da ofensiva dos EUA diante da intensificação do conflito na Colômbia foi o périplo do general Mc Caffrey a diversos países latino-americanos, inclusive o Brasil, onde pregou a necessidade de criar uma força militar multilateral para "combater a narcoguerrilha". No Brasil, o general norte-americano propôs que nosso país exerça o papel de "mediador", eufemismo para ocultar seu propósito de que o governo brasileiro seja um porta-voz oficioso dos EUA no conflito colombiano.

As forças progressistas latino-americanas, dentre elas as correntes democráticas e populares brasileiras agrupadas na Frente Democrática e Popular, corresponde o imperioso dever de esclarecer a opinião pública quanto à natureza dos acontecimentos em curso no país vizinho; solidarizar-se com o povo colombiano em sua heróica luta emancipadora; condenar o intervencionismo norte-americano no subcontinente; e impedir que os governos dos nossos países tomem parte na aventura dos Estados Unidos.

O movimento revolucionário armado na Colômbia, protagonizado pelas FARC-EP e pelo ELN, é o resultado objetivo de uma catastrófica situação social e política que se deteriora há anos e tende a se agravar. Há muitas décadas a Colômbia assiste a um incremento sem precedentes do terrorismo de Estado e paramilitar, que ceifa em massa cabeças de patriotas e democratas. Sucudem-se os governos títeres e corruptos, obedientes seguidores dos



Intervenção norte-americana não é solução para refugiados

ditames de Washington. O futuro do país é incerto, mergulhado que está na crise econômica, com todas as graves conseqüências em termos de exclusão social. Isto, malgrado ser a Colômbia um país dotado de imensos recursos de biodiversidade, energéticos e hidrográficos. É sobre a base dessa situação em permanente agravamento que crescem e se desenvolvem os movimentos revolucionários armados - as FARC-EP e o ELN, que controlam cerca de 40% do território do país. Esta situação é também o terreno fértil para o desenvolvimento de um amplo movimento civil, de caráter patriótico e democrático nas cidades, que embora seja alvo de uma inominável violência oficial e paramilitar, segue organizando-se e fortalecendo-se, como demonstra a Greve Cívica Nacional, convocada para 31 de agosto.

A atual ofensiva norte-americana centrada na Colômbia faz parte de uma manobra de mais largo alcance no subcontinente. Trata-se de impedir o desfecho vitorioso de experiências avançadas de luta na América Latina. Assim, o imperialismo norte-americano mira a Colômbia tendo também por alvo a Venezuela, onde transcorre um profundo, amplo e extenso movimento político de massas, até agora vitorioso, sob a direção de forças políticas progressistas, patrióticas e avançadas, que abre novos caminhos à luta de libertação nacional e social na América Latina. Por outro lado, com prazo marcado (31 de dezembro) para retirar suas bases militares da zona do Canal do Panamá, que será reintegrado à autonomia desse país, os Estados Unidos têm em mente novas formas de controle militar e estratégico do sub-

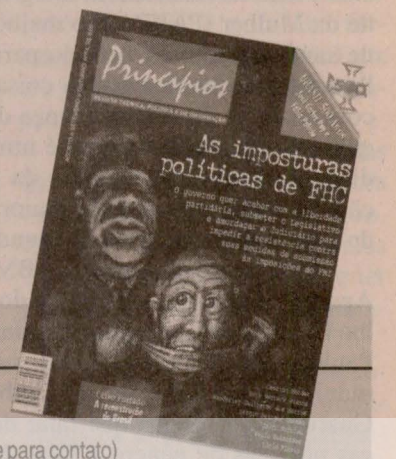
continente. Tudo isso se inscreve na estratégia geral do imperialismo norte-americano de impor sua hegemonia no mundo, utilizando, se necessário, os métodos mais bárbaros e criminosos.

São ameaças que não se deve subestimar. Preocupa sobremaneira a avidez com que a potência imperialista estadunidense cobiça a Amazônia. Os brasileiros devem estar alertas para a possibilidade de o conflito na Colômbia ser utilizado como pretexto para cravar a presença estrangeira nessa região estratégica do território nacional. O povo brasileiro e as correntes mais lúcidas do movimento progressista de nosso país devem condenar energicamente o intervencionismo norte-americano, ao mesmo tempo se colocar em alerta para impedir que o governo brasileiro seja utilizado como joguete da política estadunidense na América Latina. Qualquer participação brasileira em eventuais negociações sobre o conflito em curso na Colômbia deve ater-se aos consagrados princípios de nossa diplomacia de não intervenção nos assuntos internos de outros países e no rechaço à agressão militar. Em qualquer circunstância os povos brasileiro e colombiano se tratarão como povos irmãos.

Não à intervenção norte-americana na Colômbia!

Solidariedade ao povo colombiano!

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - PCdoB



Faça sua assinatura!

R\$ 30,00 para 4 edições ou R\$ 45,00 para 9 edições (sendo 5 anteriores)

Envie seus dados (nome, endereço e telefone para contato) ao nosso departamento de circulação.

Escolha a forma de pagamento que melhor lhe convier:

CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.; Depósito em conta corrente - Banco Itaú, agência 0251, conta nº 48.678-3 (por favor, enviar comprovante);

ou cartão Credit card/Diners ou Visa (neste caso, informe número e validade do cartão)

Centro de Documentação e Memória

REVISTA PRINCÍPIOS - EDITORA ANITAGARIBALDI
Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - CEP 01323-010
São Paulo-SP, telef: (0 11) 289-1331 - E-mail: principios@anitagaribaldi.com.br
Homepage: http://www.anitagaribaldi.com.br

MOVIMENTO

Mulher, agora são outros 500!

Cerca de 400 mulheres de 17 Estados participaram, num clima de entusiasmo e alegria, do 5º Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM), em Belo Horizonte, entre 4 e 6 de setembro. A abertura contou com a participação do prefeito Célio de Castro, da dra. Valéria, delegada adjunta da Delegacia de Mulher de BH, de representantes da CUT e da UJS, e do deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG). Em nome da plenária foram chamadas para compor a mesa uma representante do Rio Grande do Sul e uma do Amapá.

O Congresso foi estruturado em seis eixos temáticos. A primeira mesa debateu as lutas atuais da mulher brasileira, abordando as repercussões das transformações do mercado de trabalho na vida das mulheres. Ana Rocha, do Conselho Executivo da UBM, destacou que "a mulher mais do que nunca está chamada a cumprir seu papel de cidadã em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Junto ao desmonte da nação brasileira e dos direitos dos trabalhadores promovido por FHC e o rumo neoliberal imposto pelo FMI, também se tenta devastar as conquistas institucionais, trabalhistas e sociais das mulheres". Ana concluiu dizendo que "a evolução da questão de gênero terá melhor curso com a mudança de rumo do Brasil, com a recuperação de seu desenvolvimento soberano, com a reafirmação de políticas públicas e investimento social, com a ampliação da democracia e a valorização da trabalho. Por isso, interessa às mulheres FHC fora do governo, a antecipação das eleições presidenciais e um novo governo voltado para os interesses do Brasil e de seu povo".

Celina Alves Arêas, presidente do Sindicato dos Professores de Minas, falou sobre as transformações do mercado de trabalho sob o neoliberalismo, destacando que as mulheres sofrem duplamente suas consequências, esticando sua jornada de trabalho e sendo muitas vezes chefe de família.

Mortalidade materna

A segunda mesa, Saúde e Direitos Reprodutivos, contou com a participação do Dr. Adson França, membro da Coordenação do Comitê Internacional de Estudos sobre a Saúde da Mulher, da médica e deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), e da dra. Maria José Maninha, deputada distrital do DF. Jandira destacou que o Brasil tem, através dos projetos de Sistema Único de Saúde (SUS) e do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o melhor plano de saúde do mundo voltado para a mulher. Mas na prática pouca coisa foi incorporada. O dr. Adson França destacou que a mortalidade materna é um dos índices de bem-estar e saúde da população. O Brasil tem uma das maiores taxas de mortalidade materna do mundo.

Kátia Souto, diretora da UBM, Maria Aparecida de Laia, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e Isis Câmara Castro, secretária municipal de Relações do Trabalho de Guarulhos, disseram que falar de políticas públicas de gênero é falar de políticas que levem em conta homens e mulheres, suas desigualdades de classe, de gênero e de raça. É propor caminhos que levem em conta essa pluralidade e diversidade para elaborar políticas que contribuam na construção da cidadania para homens e mulheres, brancos e negros, jovens e velhos.

Fátima Oliveira, diretora da UBM, e Benilda Regina Brito, coordenadora do Nzinga, coletivo de mulheres negras, fa-



Loreta (ao microfone) fala sobre a base teórica do emancipacionismo

laram que nos centros urbanos e nos mais recônditos lugares de nosso país existem mulheres negras batalhando sem cessar contra o machismo, o racismo e a exclusão social, em diferentes espaços da sociedade. Para as expositoras, o movimento de mulheres negras precisa ser, ao mesmo tempo, feminista e anti-racista, e deve ser autônomo.

Olivia Rangel, diretora da UBM, e Tereza Verardo, fundadora da Casa Eliane de Grammont (SP), falaram sobre a violência doméstica e conjugal contra a mulher. Tereza falou sobre como os mitos e as histórias de contos de fada encerram um conteúdo de discriminação e violência contra a mulher. Olivia abordou a violência como parte estrutural das relações de gênero, lembrando que a violência doméstica perpassa todas as classes, é um problema social e de saúde pública.

Josefa Rita de Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Bahia, agitou o plenário em torno da reforma agrária e do direito de título da terra para as mulheres. A dra. Misabel de Abreu Derzi, procuradora geral de Minas Gerais, e a vereadora Ana Martins (PCdoB/SP) falaram sobre a importância da participação feminina nas instâncias de decisão do país, incluindo o Parlamento e o Judiciário.

Loreta Valadares, professora da Universidade Federal da Bahia, falou que a base teórica da concepção emancipacionista fundamenta-se na compreensão de que à divisão sexual do trabalho entrelaça-se a divisão social do trabalho e que mulheres e homens participam de modo desigual da produção e da reprodução; no entendimento de que a opressão de classes interliga-se com a opressão de sexo.

A elas, entrelaça-se a opressão de raça. É construída culturalmente, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir, de maneira própria, com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade. No significado da radicalidade da luta de gênero, o socialismo é, ainda, o único projeto capaz de abrir passagem ao processo que vise o fim das discriminações de gênero, de raça e de classe, entendendo-se o campo de luta em três frentes, sendo a de classes mais abrangente.

Desafios a superar

Liège Rocha, coordenadora nacional reeleita, salientou que a UBM tem 3 grandes desafios a superar: 1- em relação à sua própria organização e atuação como entidade e núcleo irradiador da corrente emancipacionista; 2- na participação junto ao movimento feminista e de mulheres; 3- como ter presença, com feição própria, mais efetiva e ampliada no movimento social como um todo.

O 5º Congresso da UBM aprovou um manifesto contra o governo FHC e um plano de ação em que afirma: "É preciso desvendar para a sociedade que o que está em curso sob nova roupagem é a velha cantilena de que lugar de mulher é no lar e não na vida social e política. A opressão assumiu novos contornos, mas continua existindo. Por isso, a UBM integra-se à luta geral de toda a população e participa do Fórum Nacional de Luta, além de defender os direitos das mulheres nas áreas de saúde e direitos reprodutivos, violência, mulheres negras, políticas públicas, educação e participação política."

Momentos de lazer e cultura

Além da discussão política, as mulheres revelaram sua criatividade e sua graça em momentos importantes de lazer, cultura e de resgate da história da UBM. Foram homenageadas Ana Rocha, que coordenou o primeiro encontro de Mulheres Emancipacionistas realizado no Rio de Janeiro em 1987 e que deu origem mais tarde ao surgimento da UBM, Jô Moraes e Gilse Cosenza, ex-presidentes da entidade, e Loreta Valadares, por sua contribuição teórica ao movimento.

O Congresso foi aberto com uma bela performance do Teatro Itinerante de Mulheres (TIM), sobre a participação feminina nos 500 anos de luta do

povo brasileiro, resgatando nomes como Anita Garibaldi, Tereza, rainha do quilombo Quariterê, e Maria Quitéria, entre outras. A performance denunciou a invisibilidade da participação feminina e destacou que, agora, são outros 500 e que a mulher precisa ocupar o lugar que lhe cabe na sociedade, em igualdade com os homens.

O Congresso também contou com a expressiva participação do Grupo Vênus, que apresentou a peça Morte e Vida Severina. E também teve a participação das Mulheres de Campo Limpo, que denunciaram, em um performance, a discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Para salvar a agricultura

ALDO REBELO*

O projeto de renegociação das dívidas dos agricultores, bombardeado pelo governo e por uma parte da mídia, é uma excelente oportunidade para o Brasil debater o que deseja da agricultura. Infelizmente, a opinião pública foi, mais uma vez, tapeada, e uma questão muito séria terminou ofuscada pelas manobras dos burocratas governamentais e do sistema financeiro.

Ficou a falsa impressão de que os agricultores querem dar um calote bilionário no Banco do Brasil e pendurar a conta no bolso de todos nós. Nada mais enganoso. O projeto, fruto de um minucioso e suado acordo na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, propõe um reescalonamento – e não o perdão – dos financiamentos rurais. Trabalhamos em favor da aprovação porque a agricultura brasileira está ameaçada pela política financeira que favorece os banqueiros e prejudica a produção.

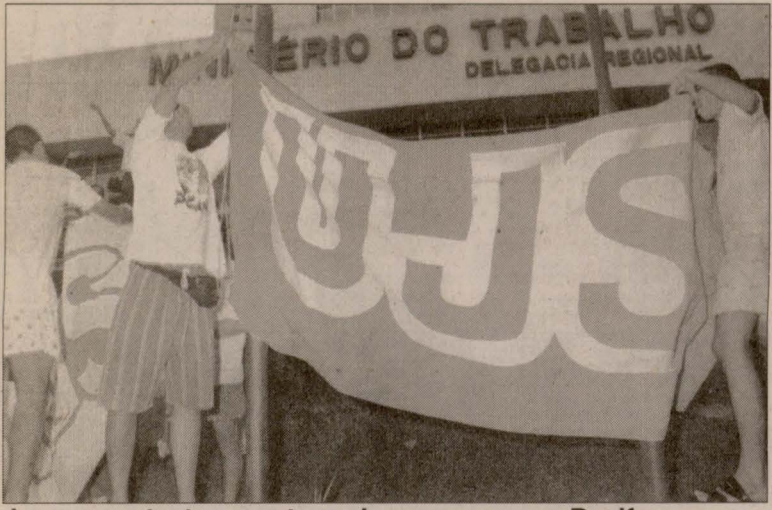
A produção mais simples – de feijão, por exemplo – significa abastecimento, emprego e renda. É por isso que, historicamente, o agricultor recebe estímulos para produzir alimentos que serão consumidos pela população, industrializados ou exportados. Nos Estados Unidos, a ajuda anual é de 35 bilhões de dólares. No Japão, de US\$ 24 bilhões. Na União Européia chegou a atingir a média de US\$ 92 bilhões por ano. Segundo a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), cada fazendeiro americano recebe um subsídio anual de aproximadamente 30 mil dólares.

No Brasil, os agricultores, embora não sejam os únicos, estão entre as maiores vítimas da política econômica que dá muito subsídio – mas para o capital especulativo. A situação é dramática desde 1990, quando, no Plano Collor, a introdução da TR reajustou os saldos das dívidas agrícolas em 74,6%, enquanto os preços mínimos de garantia tiveram correção de 41,28%. Nos 5 anos de FHC, os preços agrícolas caíram para que o governo festejasse uma ilusória fase de prosperidade nas cidades. A desvalorização do real, em janeiro deste ano, pouco aliviou a agricultura, pois, enquanto os preços internacionais e a venda efetiva dos produtos agrícolas despencavam no rastro da crise asiática, atingindo o ponto mais baixo dos últimos vinte anos, os preços dos insumos, fixados em dólar, duplicaram. Só neste ano, o Valor Bruto da Produção – quantidade produzida vezes o preço da venda – do café deve cair 33,8%; o da cana de açúcar, 14,6%, e o da soja, 10,6%, segundo cálculos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Diante desse quadro, o projeto da Comissão de Agricultura da Câmara propunha a revisão dos financiamentos, abrangendo as dívidas já renegociadas em 1995, até o valor de R\$ 200 mil, bem como dos empréstimos superiores a este montante, contraídos até junho daquele ano. O objetivo do projeto era tirar o agricultor da falência, livrando-o de dívidas injustas, aumentadas por conta de juros absurdos e sinistras fórmulas contábeis que levam uma prestação atrasada a um valor astronômico. Nesse particular, a agricultura ilustra a penúria de um país rico com povo endividado. Os recursos nacionais são drenados para os banqueiros, que se valem dos juros altos para subir impiedosamente o valor de seus créditos. Desde 1994, o saldo dos empréstimos em atraso passou de R\$ 23,5 bilhões para R\$ 402,6 bilhões. Esses números mostram que o problema da agricultura brasileira é de natureza política financeira que beneficia os credores.

*deputado federal (PCdoB/SP) e líder do bloco PC do B-PSB

MOVIMENTO



Jovens protestam contra o desemprego, em Recife

15 anos da UJS: das diretas ao Fora FHC!

ORLANDO SILVA JR.*

Os ventos democráticos da campanha pelas eleições diretas para presidente, em 1984, lançaram sementes. A União da Juventude Socialista (UJS) é fruto desse processo, brotando dos jovens que exigiram, nas ruas, a volta da democracia.

É a UJS herdeira de uma longa tradição de luta. A juventude brasileira é protagonista política desde a época do Brasil Colônia, com a marca da defesa da nacionalidade, seja lutando contra invasões estrangeiras, seja combatendo pela independência nacional. Nossa rebeldia juvenil também tinha expressão nas rebeliões escravas e populares. Já no século XX, os estudantes passam a ter uma maior organização, com canais próprios de manifestação, além da forte presença dos jovens em todos os outros movimentos políticos e culturais.

A UJS é inspiração dos comunistas do Brasil. Décadas de lutas dos trabalhadores e do povo brasileiro tiveram a presença marcante dos comunistas e, particularmente, dos jovens comunistas. Características próprias dessa fase da vida levaram a formas específicas de organização, que evoluem no tempo, ajustando-se às realidades.

Em 15 anos, a UJS se afirmou como uma das principais organizações juvenis do Brasil. Já nos primeiros passos, durante a Constituinte, a UJS levantou a bandeira e fez aprovar o direito dos jovens votarem a partir dos 16 anos. Poucos acreditavam que essa bandeira seria vitoriosa, mas a decisão e a determinação da nossa galera definiu a parada. O brilho da conquista pode ser medido pelo defensor em plenário da Assembleia Nacional Constituinte, o mais velho e um dos principais juristas da história do Brasil, o deputado Afonso Arinos.

Nossa militância esteve na linha das principais lutas políticas gerais e pelos direitos da juventude. Seja nas campanhas eleitorais, lutas contra as privatizações, defesa da Amazônia e na histórica campanha do *Fora Collor* ou nas manifestações em defesa da educação, do pas-

se escolar, da meia entrada, contra a redução da maioria penal, sempre a turma da UJS está presente, com força e destaque. Os "Jovens Curupiras em Defesa dos povos e da Floresta Amazônica" pautou a defesa da região e a necessidade de um ambiente equilibrado; o "Ecos da Juventude" permitiu experimentar a mistura da liberdade, rebeldia e criatividade.

A força da UJS entre os estudantes é singular. Poucos países do mundo possuem entidades estudantis nacionais únicas e, em poucos deles, as direções são dos socialistas. No Brasil, a UJS é fundamental na União Nacional dos Estudantes e na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Esse é nosso maior patrimônio e merece ser bem cuidado, com mais criatividade, amplitude e combatividade, renovando a confiança dos estudantes brasileiros.

Na luta, a UJS forma gerações de revolucionários. Dos seus quadros saíram vários líderes que hoje atuam nas entidades estudantis, sindicatos, governos, parlamentos, no Partido Comunista e em vários setores da vida profissional, social e cultural do país, levando adiante, os sonhos e valores compartilhados na vivência juvenil.

A UJS luta por emprego para juventude e por um novo rumo para o país. Lançamos a campanha "Sem Emprego Não Dá!", que denuncia o desemprego juvenil, apontando suas causas e ao mesmo tempo buscando organizar a luta coletiva por emprego. Conscientes da contradição entre um futuro para todos e o modelo orientado pelo imperialismo norte-americano e aplicado por Fernando Henrique Cardoso, lutamos pelo "Fora FHC!"

O Brasil confia e precisa da força da juventude para sair do atoleiro que as elites brasileiras nos meteram. A UJS é uma peça fundamental da luta por um país melhor, democrático e soberano. Das lutas e lições da história e dos nossos 15 anos tiraremos mais força para cumprir os desafios de hoje. Parabéns UJS!

* presidente nacional da UJS

Ubes Paratodos

Está se aproximando o 33º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). As etapas estaduais do Congresso começaram no dia 28 de agosto, na Paraíba, e vão até o dia 02 de novembro. A etapa nacional acontecerá em Goiânia de 12 a 15 de novembro.

Deverá ser o Congresso mais representativo da história da entidade, com 1 delegado para a etapa nacional a cada 5 delegados das etapas estaduais.

A União da Juventude Socialista pretende levar uma grande bancada ao Congresso, para defender o movimento Ubes Paratodos.

"Queremos fazer uma Ubes cada vez mais combativa, plural e representativa. E é isso que expressamos nas propostas da Ubes Paratodos", afirma Juana Nunes, atual presidente da Ubes e integrante da UJS.

A luta dos estudantes e do povo brasileiro

A Ubes vem crescendo e, através da luta dos estudantes, contribuindo para a luta do povo, jogando papel no fortalecimento do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania. A atual gestão comemorou o aniversário de 50 anos da entidade, promovendo nas ruas aulas em defesa do Brasil e da educação.

O primeiro semestre de 98 foi marcado pelas manifestações do 1º de abril, dia nacional das mentiras de FHC. No 28 de abril, a Ubes e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ensino (CNTE) realizaram o Dia Nacional de Defesa da Educação, quando estudantes e professores juntos promoveram assembleias, aulas públicas, passeatas, paralisações e ocupações de várias delegacias do Ministério da Educação (MEC). Em maio, os estudantes invadiram Brasília na marcha por Emprego e Direitos Sociais. Nas eleições, a Ubes convocou os jovens de 16 anos ao voto, com a campanha *Se Liga 16!*

A participação ativa da entidade continuou em 99, com diversas manifestações que culminaram na Marcha do dia 26 de agosto sobre Brasília e a entrega de mais de 1 milhão de assinatu-



Passeata por qualidade de ensino, em São Paulo



Seminário da Ubes sobre a reforma da educação

ras pedindo a investigação do crime de responsabilidade de FHC.

Em defesa da educação

A Ubes participa com empenho do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, espaço que fortalece a unidade da luta educacional, tornando mais próxima a relação entre a Ubes e as entidades de professores e funcionários.

Para entender melhor as políticas educacionais do MEC e apontar caminhos, a Ubes realizou o 6º Seminário Nacional de Educação, que contou com a participação de várias entidades municipais e lideranças de grêmios e de intelectuais como Gaudêncio Frigoto e Pablo Gentile. Lançou a campanha "Não deixe nossa escola pública virar privada".

Ao contrário do que diz o MEC, cresce o número dos que estão excluídos da escola. São mais de 3 milhões de crianças no trabalho infantil, sem acesso às salas de aula, e milhões de jovens de 15 a 19 anos fora do ensino médio.

Faltam professores, recursos, laboratórios. A escola está caindo aos pedaços, o Conselho de Escola só funciona no papel e as eleições para diretor não ocorrem na prática. Nas escolas particulares, as mensalidades são muito altas, e nem sempre correspondem à qualidade das instalações e do ensino oferecido.

A escola tem sido um lugar de treinamento de mão-de-obra, e não um espaço de formação de cidadãos tecnicamente competentes e socialmente críticos.

A Ubes entrou com uma ação na Justiça exigindo do governo

FHC recursos para o ensino fundamental. O dinheiro do Fundo para o Ensino Fundamental (Fundef), que deveria ser aplicado na educação, na verdade está sendo desviado para outros gastos governamentais.

Com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o MEC quer fazer uma avaliação parcial do aluno, não da educação como um todo. Como no "Provão" dos universitários, o MEC quer fazer um "ranking" das escolas, visando destinar dinheiro somente para as primeiras colocadas, e ainda fazer desse exame uma espécie de vestibular, sem democratizar o acesso à universidade.

Ubes mais organizada

A Ubes aumentou o número de entidades municipais, estaduais e grêmios. Entidades importantes foram reconstruídas, como a ABES da Bahia e a UMES de Belo Horizonte. A Ubes apoiou a realização do Congresso da AMES do Rio de Janeiro, que fortaleceu uma entidade histórica dos secundaristas cariocas.

A campanha "A Ubes é massa!" está revitalizando o movimento por todo o país, defendendo a unicidade do movimento estudantil.

Fortalecer a Ubes

O movimento Ubes Paratodos defende a unicidade do movimento estudantil, priorizando a construção de um grêmio em cada escola e, em cada município, uma entidade municipal.

A Ubes Paratodos apoia a luta pelo Fora FHC e, para isso, fortalecer o Fórum Nacional de Luta e a unidade popular é fundamental.

A Ubes Paratodos é de todas as tribos. Nas escolas, a galera do hip-hop, do skate, do teatro, das bandas, das ONG's, e tantas mais devem ser chamadas e ter espaço para participar da entidade secundarista.

"Avançar ainda mais na comunicação com entidades municipais de todo país é fundamental. Precisamos divulgar a página da Internet (www.ub.es.org.br) para as entidades e colocá-las na rede, a fim de tornar mais rápida e ágil nossa comunicação. Manter o 'Plug' como boletim para as entidades e o 'Ubes grude' como material para ser distribuído nas escolas através dos grêmios", afirma Juana.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

Henri Alleg fala sobre a “terceira-via” europeia

O jornalista e escritor Henri Alleg visitou o Brasil por 15 dias. Esteve em Porto Alegre, onde a convite da Faculdade de Direito da UFRGS, do governo do Estado e da Prefeitura da capital proferiu palestra e fez contatos políticos, destacando-se um cordial encontro com o vice-prefeito José Fortunati. Em Campinas (SP), o jornalista e escritor francês teve contato com o reitor da Unicamp, Hermano Tavares e reuniu-se com 40 professores. Henri Alleg também visitou o Rio de Janeiro, onde manteve contato com o arquiteto Oscar Niemeyer e proferiu palestra no Sindicato dos Professores. Em São Paulo, Alleg foi recebido pelo Secretariado do Comitê Central do PCdoB e fez uma intervenção sobre a situação política na Europa, entre uma e outra sessão da Reunião Plenária do Comitê Central do PCdoB. O jornalista francês manteve contato político com a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), com o Secretariado do PCB e com o secretário de Relações Internacionais do PT, prof. Marco Aurélio Garcia.

No dia 1º de setembro pronunciou em São Paulo a palestra “Europa: o fracasso da 3ª via”, no Sindicato dos Engenheiros, promovida pelo Instituto Maurício Grabois. A palestra contou com a presença do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo; dos historiadores Edgard Carone e Paula Beiguelman; do presidente da União Nacional dos Servidores Públicos, Hélio de Melo, do comunista português, Miguel Urbano Rodrigues, e do secretário de relações internacionais do PCdoB, José Reinaldo Carvalho.

Segundo Alleg, a chamada ‘terceira-via’ ganha hoje certa relevância, devido à crise do neoliberalismo e à presença de governos como os de Lionel Jospin (França), Toni Blair (Inglaterra) e Schröder (Alemanha) na Europa Ocidental. Para Alleg, em diversos momentos do passado certos filósofos e políticos afirmavam não

aceitar o socialismo, a exemplo da URSS e de demais países socialistas, porque ele seria antidemocrático. Ao mesmo tempo afirmavam não aceitar o capitalismo porque ele tinha aspectos brutais, como a exploração dos trabalhadores. Procuravam então um caminho que pudesse combinar “elementos positivos” do socialismo e do capitalismo. A grande dificuldade apresentada por tal corrente de pensamento sempre foi a viabilidade prática de tal alternativa: como fazer, por exemplo, para que os capitalistas abrissem mão de buscar o lucro máximo à custa da pauperização dos trabalhadores? Como conciliar interesses entre exploradores e explorados?

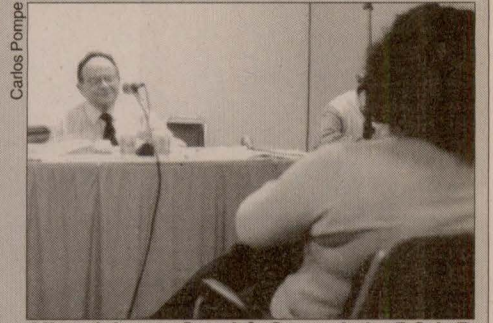
Quando a URSS se desagregou, o discurso da ‘terceira-via’ se tornou temporariamente desnecessário. Os pensadores do capital – a exemplo do funcionário do Departamento de Estado norte-americano Francis Fukuyama – passaram a afirmar abertamente que a História havia chegado ao fim, com a vitória definitiva do capitalismo. Como o socialismo não seria mais viável, uma terceira alternativa não tinha mais sentido histórico.

Para Henri Alleg, também o discurso do fim da história e da impossibilidade da revolução social não é nenhuma novidade. Isso já ocorreu, em especial, quando das derrotas temporárias do movimento progressista e revolucionário. Foi assim após o massacre da Comuna de Paris, em que a reação espalhou a desmobilização e o conformismo – e pregou que a luta dos trabalhadores estava destinada ao fracasso. Na própria Rússia, após a derrota da revolução democrática de 1905, a reação também afirmou o fim da possibilidade de mudança.

O atual discurso da “terceira-via”, concluiu Alleg, apresentado em especial na França pelo governo Jospin – do Partido Socialista (PS) em coalizão com o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Verde –, não é exatamente o

Quem é Alleg

Henri Alleg, 77 anos, foi diretor do jornal progressista *L'Alger Republicain*, membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da Argélia e diretor de redação do jornal *L'Humanité*. Preso em consequência da posição assumida perante a guerra colonial, foi o primeiro intelectual francês a ser torturado pelos pára-quadistas do Exército. Narrou essa experiência no livro *La question*, traduzido no Brasil como *A tortura*. O choque produzido por suas revelações foi tamanho que três prêmios Nobel de Literatura – Jean Paul Sartre, François Mauriac e Roger Martin du Gard – divulgaram um manifesto, apressando o fim da guerra. É autor de uma história em três volumes sobre a revolução argelina e de obras sobre a crise estrutural da



Alleg fala ao Comitê Central do PCdoB

sociedade norte-americana.

Dois livros seus recentes estão disponíveis no Brasil: *O século do Dragão*, sobre a China, e *O grande salto atrás*, uma lúcida análise dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que precederam a desagregação da União Soviética (solicitação para Editora Anita Garibaldi pelo fone 0—11 289-1331 e pelo e-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br).

mesmo exposto no passado e apresenta uma linguagem com certas diferenciações. Não se fala mais em “exploração”, “patronato”, “luta de classes” ou “revolução”; e sim em “novo”, “diferente”, “igual aos outros”, “não ao gueto”... Há ainda diferenciações entre os governos de “terceira-via” e seus respectivos discursos. Devido às especificidades da história do povo francês, os socialistas no governo não podem falar o mesmo tipo de linguagem explicitada por Toni Blair e Schröder – da “humanização do neoliberalismo”. Jospin fala então em “socialismo moderno”, em “beneficiar as camadas médias” (nesse conceito de “médias” cabem até os milionários...).

Alleg explicou que não é a primeira vez que se usam as palavras para expressar o contrário do que deveria significar seu conteúdo – usam as palavras que significam elementos revolucionários para implementar o seu oposto. O “socialismo moderno” de Jospin é aplaudi-

do pelos dirigentes das transnacionais. O governo Lionel Jospin dizia que aumentaria os salários (corroídos pelos governos da direita), logo depois disse que não o faria mais; disse que defenderia as conquistas sociais dos trabalhadores (que vinham desde a Comuna de Paris), atacadas e abaladas pelos governos anteriores, mas na verdade os ataques continuam; disse que pararia com as privatizações, mas a direita comemora, pois o governo Jospin privatizou mais do que quando a própria direita estava no governo. Além disso, há na política externa uma dependência em relação aos EUA-OTAN, sendo que a França apóia as ações criminosas contra o Iraque e a Iugoslávia, revelando uma submissão nunca antes tão escancarada.

O Secretário de Relações Internacionais do PCdoB, José Reinaldo Carvalho, destacou a contribuição positiva de Henri Alleg no esclarecimento de questões importantes da política europeia.

O programa dos candidatos no Brasil para as eleições portuguesas

A Coligação Democrática Unida (CDU) apresentou os 10 pontos de seus candidatos da Coligação Democrática Unida que disputam os votos dos 30 mil eleitores no Brasil para a Assembleia da República Portuguesa. A CDU é formada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Verde, e tem como candidatos no Brasil o cineasta Davide Raimundo Quintans e Ana Maria da Cunha Cerqueira. Os candidatos contam com o apoio de José Saramago (escritor e Prêmio Nobel de Literatura de 1998), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista e ex-vice presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 1990-95), Carlos do Carmo (cantor), Morais de Castro (ator de TV), Alvaro Siza Vieira (arquiteto), Auce Vieira (escritora), Albertina Dias (atleta), Henrique Viana (comediante), Rui Mendes (ator de teatro).

Davide Raimundo Quintans tem 53 anos (reside no Brasil desde 1978) e é natural do Torrão (Alcácer do Sal). Trabalha como realizador de cinema e é membro do Conselho das Comunidades Portuguesas pelo Círculo do Brasil. Ana Maria da Cunha Cerqueira tem 49 anos



Ana Maria da Cunha Cerqueira e Davide Raimundo Quintans (com o escritor Saramago): candidatos da CDU

(reside no Brasil desde 1980) e é empresária. Pertenceu à organização dos bancários e fez parte da direção do Sindicato dos bancários do Sul e Ilhas. Atualmente preside o Conselho Deliberativo do Centro Cultural 25 de Abril, de São Paulo.

Programa dos candidatos

O programa contém 10 medidas



para uma nova política de apoio às comunidades portuguesas e procura melhorar a vida dos portugueses que vivem no Brasil. Envolve a constituição pelo Estado português de um Fundo Social aos Emigrantes que assegure o apoio em situações dramáticas de pobreza e de exclusão social. Envolve a elaboração de um plano de reorganização e adequação da rede consular à atual realidade da emigração para assegu-

rar melhor cobertura e apoio aos emigrantes e que concretize as Comissões de Ação Social e Cultural previstas no Regulamento Consular. Apresenta também medidas de informações aos emigrantes sobre direitos e procedimentos para acessá-los, programa de expansão da língua e cultura portuguesas, reforço dos serviços de assistência social aos emigrantes e o reforço do Conselho das Comunidades Portuguesas.

FORMAÇÃO



FICHA DE LEITURA

O imperialismo, etapa superior do capitalismo – Lênin

[Obras Escolhidas, tomo I, págs. 575 a 671]

DILERMANDO TONI

O Autor

Vladimir Ilitch LÊNIN
(1870-1924)

Pais pedagogos. Estudos universitários em Direito. Constantemente perseguido e exilado pela participação em movimentos revolucionários. Desde cedo, ardoroso estudante de Marx e Engels. Autor de várias obras de aprofundamento e desenvolvimento do marxismo, em vários terrenos, nunca tomando-o como dogma e sim como instrumento para análise concreta da situação concreta. Elaborou, entre outras, a teoria de Partido do proletariado e valiosas orientações para o período de transição do capitalismo ao socialismo. Teve papel decisivo no desmascaramento dos dirigentes da Internacional Socialista (II Internacional), quando estes passaram para o lado da burguesia. Fundador e dirigente da Internacional Comunista (III Internacional). Líder da grandiosa revolução socialista russa de Outubro de 1917. Dirigente do Estado e do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Texto & Contexto

Circunstâncias e objetivos

Grandes modificações marcaram o capitalismo na virada do século XIX para o século XX. No terreno econômico os monopólios passavam a jogar o papel fundamental em substituição à livre concorrência. No terreno político a reação em toda a linha tomava o lugar da democracia



burguesa. Na cena histórica a época da burguesia dava lugar à época do imperialismo e das revoluções proletárias.

“O imperialismo, – dizia Lênin – como fase superior do capitalismo na América do Norte e na Europa, e depois na Ásia, estava já plenamente formado entre 1898-1914. As guerras hispano-americana (1898), anglo-bóer (1899-1902) e russo-japonesa (1904-1905) e a crise econômica da Europa em 1900 são os principais marcos históricos da nova época da história mundial.” (*O imperialismo e a divisão do socialismo*, Obras Completas, Akal Editor, Tomo 30, pág. 171).

As burguesias das principais potências capitalistas empenhavam-se febrilmente na preparação da I Guerra Mundial como forma de dividir os mercados mundiais. A guerra veio a desencadear-se a partir de 1914 e, um após outro, os partidos operários da II Internacional, habituados ao período de desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo

e ao Parlamento burguês, enveredavam pelo caminho da conciliação e da traição, alinhando-se às suas respectivas burguesias.

Colocou-se do ponto de vista prático a necessidade de analisar profundamente o novo quadro a fim de desmascarar o oportunismo e formular uma orientação que armasse para a luta revolucionária a vanguarda do movimento operário nas condições da nova época histórica. Foi nessa circunstância que Lênin escreveu *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lênin pretendia que sua obra pudesse ajudar “a compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política atuais.”

O imperialismo ... surgiu no debate e na crítica aos teóricos do imperialismo e às idéias que circulavam no seio do próprio movimento operário sobre a questão. Mereceu atenção especial de Lênin a crítica às opiniões de Kautsky, até então o dirigente mais

destacado da II Internacional cujos pontos de vista centristas ficaram conhecidos como a teoria do “ultraimperialismo” segundo a qual o capital financeiro conduziria o mundo para uma economia mundial organizada, à eliminação das contradições imperialistas e a uma situação relativamente pacífica e isenta de catástrofes e de conflitos. Lênin julgava impossível que, sem desmascarar a corrente ideológica internacional do “kautskismo”, uma parcela significativa dos trabalhadores que estava sob a influência daquela tendência viesse a aderir à luta revolucionária antimperialista.

Nos *Cadernos sobre o imperialismo*, tomos XLIII e XLIV das Obras Completas (Akal Editor) estão concentrados os estudos que Lênin fez para escrever *O imperialismo ...* Há extratos e observações de 148 livros, de 232 artigos e de 49 publicações periódicas em várias línguas, feitas entre 1912 e 1916.

O texto

O livrinho de Lênin, como ele o chamava, está dividido em 10 capítulos dos quais o VII e o X são capítulos de síntese da própria obra e os outros são capítulos de análise e desenvolvimento das idéias. *O imperialismo...*, ao lado de outras obras de Lênin sobre o assunto, constituem um formidável acervo teórico, indispensável para se compreender o que se passa no mundo de hoje. Entre essas outras obras podem ser citadas: o prefácio ao livro de Bukárin “*A economia mundial e o imperialismo*” (1915), *Sobre a*

caricatura do marxismo e o ‘economismo imperialista’, (segundo semestre de 1916), *O imperialismo e a divisão do socialismo* (1916).

Ao escrever *O Imperialismo ...* no primeiro semestre de 1916, Lênin partiu das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo formuladas por Marx e Engels; e fez um amplo trabalho de pesquisa sobre os novos fenômenos do capitalismo. Utilizou-se de “dados gerais, irrefutáveis, da estatística burguesa e declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países”, procurando sempre os **dados de conjunto** sobre os fundamentos da vida econômica de todas as potências que estavam em guerra e de todo o mundo, já que, alertava Lênin: “dada a infinita complexidade dos fenômenos da vida social, pode se encontrar sempre os exemplos ou dados isolados que se queira suscetíveis de confirmar qualquer tese”.

Mesmo com opiniões políticas divergentes de seus autores Lênin destacou em especial o valor de duas obras que o auxiliaram na elaboração de *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, a saber: *O capital financeiro* do austríaco R. Hilferding (1912): “uma análise teórica extremamente valiosa da ‘fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo’”; e *O imperialismo* do economista inglês J. A. Hobson (1902): “uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo”.

[continua na próxima edição]

INTERNACIONAL

Pelo fim do genocídio no Timor Leste!

Um grande ato público de solidariedade ao povo do Timor Leste foi realizado no dia 13 de setembro na Câmara de Vereadores de São Paulo – reunindo representantes de entidades, parlamentares e mais de 400 pessoas – para exigir o fim das atrocidades cometidas contra aquele povo e a imediata intervenção da força de paz da ONU.

Compareceram ao ato as entidades Comissões de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa de São Paulo, OAB, Anistia Internacional, Centro Cultural 25 de Abril, o movimento *Clamor Timor*, Comissão de Justiça e Paz, Conselho das Comunidades Portuguesas, PT, PCdoB, PSDB, PSTU, CMP, MST, Consulados de Portugal e de Cabo Verde. As personalidades Miguel Urbano Rodrigues, frei John (dominicano), padre Fernando (indonésio), rabino Henry Sobbel, Marta Suplicy, Marco Aurélio Garcia, Alexandre Pereira, Hildefonso Garcia; e os parlamentares José Genoíno, Jamil Murad, Arnaldo Faria de Sá, Nivaldo Santana, Paulo Teixeira, Carlinhos de Almeida, Roberto Simões, Ana Martins, Ítalo Cardoso, Adriano Diogo,

Lídia Pereira; dentre outros.

Leia abaixo, nota de apoio do PCdoB ao povo timorense:

“O Partido Comunista do Brasil saúda a grandiosa vitória do povo e do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que após 24 anos de heróica luta contra o ocupante indonésio, confirmou em plebiscito seu desejo de independência. Nem mesmo a ação terrorista de grupos militares foi suficiente para impedir a manifestação inequívoca do povo timorense de viver com liberdade e independência. Mas a situação nessa ex-colônia portuguesa é dramática.

Militares terroristas indonésios estão sequestrando e matando opositores e atacaram a sede da Organização das Nações Unidas em Dili, a capital do Timor Leste. Os reacionários da Indonésia querem fazer o mundo acreditar que se trata de um conflito entre timorenses, quando na realidade o genocídio é patrocinado por setores indonésios que não aceitam a independência do Timor.

O presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, A. Peter van Walsun, disse que espera sinal verde da Indonésia para

o envio de tropas da ONU à região, mas o general Wiranto, ministro da Defesa indonésio e mentor das milícias terroristas que atuam no país, disse que ele mesmo vai “cuidar da situação.” Exercendo o controle total sobre Timor Leste depois que decretou lei marcial para o território, o exército indonésio é cúmplice da destruição sistemática da infraestrutura local e da deportação maciça de timorenses para Timor Oeste, onde estão 100 mil pessoas abrigadas em barracas em 31 localidades. Os Estados Unidos, que usaram descaradamente as tropas da ONU para defender seus interesses nos Bálcãs, agora posicionam-se contrários ao envio de tropas para o Timor. A indústria norte-americana é a maior fornecedora de armas para a Indonésia.

As classes dominantes indonésias têm as mãos manchadas com o sangue dos timorenses: em 1975 invadiram o Timor Leste e mataram 200 mil pessoas, pela violência, pela doença ou pela fome. Atualmente, calcula-se a existência de 300 mil timorenses retirados de suas casas – quase a metade da população, de 800 mil pessoas.



Tropas indonésias são acusadas de crimes no Timor Leste

Até mesmo o chanceler português, Jaime Gama, afirmou que o Exército indonésio “não só não agiu como apoiou a violência até agora”.

As chamas tomam conta de Dili. Os edifícios públicos foram todos destruídos, e as casas, saqueadas e incendiadas. Funcionários da ONU denunciaram: “A própria polícia indonésia disparou repetidas vezes contra nosso escritório em Dili (a segunda maior cidade timorense)”.

O líder da resistência timorense Xanana Gusmão, libertado de sua prisão domiciliar na noite

de 7 de setembro, fez veemente apelo à comunidade internacional para que pressione o governo da Indonésia a cessar o apoio aos grupos terroristas e acatar a decisão soberana do Timor Leste.

Os comunistas brasileiros somam-se a esse apelo, e alertam para a necessidade de continuar o movimento de solidariedade com o povo do Timor, de denúncia das atrocidades cometidas pelos governos indonésios e de desmascaramento da cumplicidade dos EUA com os responsáveis por mais esse crime contra a humanidade.”

Aninha do Bentão, aliás, Anita Garibaldi

JOSÉ CARLOS RUY

Ao perceber que os soldados de sua tropa fugiam aos inimigos, a jovem mulher – grávida de cinco meses e doente – montou num cavalo e galopou na direção dos fugitivos, de espada na mão, tentando detê-los. Primeiro, gritava para encorajá-los; depois, vendo que era inútil, vociferava atrás deles: “covardes!”.

A jovem mulher era Anita Garibaldi, e os fugitivos eram os soldados da Legião Italiana de Giuseppe, seu marido. Eles haviam sido derrotados pelos austríacos na guerra pela libertação e unificação da Itália, e fugiam para o norte; foram alcançados pelo inimigo em Ravenna, na vizinhança do principado de San Marino. Era o final de julho de 1849, e Anita já sofria do mal que, em poucos dias, poria fim à sua curta e aventureira vida de revolucionária – a heroína de dois mundos.

Anita – aliás, Ana Maria Ribeiro de Jesus – nasceu em Laguna, Santa Catarina, em 1821. Era uma dos nove filhos do tropeiro conhecido como Chico Bentão – daí o apelido que tinha em sua cidade natal, Aninha do Bentão. Quando Chico Bentão morreu, de tifo, a família ficou na miséria, da qual a mãe tentou fugir forçando o casamento das filhas, solução tradicional naquela época em que a opressão das mulheres era muito forte e as órfãs, sem um homem a cuidar delas, tinham o destino certo do abandono, da fome e, talvez, da prostituição.

Depois da irmã mais velha, foi a vez de Aninha casar-se, com apenas 14 anos, contra a vontade, com um homem muito mais velho, o sapateiro Manuel Duarte, vizinho da família, carrancudo, mal-humorado e de poucas palavras. “Quando o Manuel se aproximava, a única coisa que sentia era repugnância”, disse ela mais tarde numa carta para a irmã. O casamento, disse noutra carta, foi uma fraude e um fracasso, e seu desfecho, na prática, foi acelerado pela Revolução Farroupilha, que incendiou o sul do Brasil exatamente no ano em que Aninha teve de unir-se forçadamente a seu primeiro marido. Manuel Duarte fazia parte da reserva do exército imperial, e a convocação para combater os farrapos tirou-o da vida da mulher, deixada aos cuidados do padrinho, com quem ela passou a morar.

Enquanto isso, longe dali, o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, condenado à morte pelo ocupante estrangeiro de sua pátria, resolve exilar-se no Brasil. Chega ao Rio de Janeiro em 1836.



Em 1839, através dos compatriotas Luigi Rossetti, que dirigia o jornal *O Povo*, de Porto Alegre, e Tito Lívio Zambecari, ambos envolvidos com os revolucionários do sul, Garibaldi adere aos farrapos e, em 2 de julho de 1839, comanda a esquadilha naval que ocupa Laguna em nome dos republicanos. Por isso, foi nomeado comandante da frota rebelde, com o posto de tenente-capitão.

Em Laguna, Garibaldi iria encontrar “o único verdadeiro amor de sua existência tão rica e aventureira”, diz a historiadora italiana Anita Garibaldi, bisneta de Giuseppe e Anita e autora do livro *Anita Garibaldi, a mulher do general*. Eles se conheceram na casa do padrinho e, naquele momento, *Aninha* começa a transformar-se em *Anita*. Ela ficou

tão perturbada, disse mais tarde, que serviu-lhe o café de olhos baixos para que a mão não tremesse e derrubasse a xícara. A atenção de Garibaldi para ela fora despertada antes; uma lenda diz que ao atracar no porto de Laguna, do barco, ele notara a jovem e bela mulher que, no cais, acenava aos que chegavam.

Enfrentando a hostilidade de seus conterrâneos, ela – que, para todos os efeitos era uma mulher casada que não podia desonrar o marido ausente, especialmente o seu, que os lagunenses transformaram num herói local das forças imperiais – uniu-se ao revolucionário italiano. Dois meses depois, foi viver com ele no *Rio Pardo*, o barco de comando da frotilha; tinha 18 anos e já era uma mulher determinada cuja lua de mel foi

também seu batismo de fogo, num combate travado a 30 quilômetros ao norte de Laguna.

Percorreram, combatendo, o litoral e o território da República farrapa até 1841, quando Garibaldi, Anita, e seu primeiro filho, mudaram-se para Montevideu, onde casaram-se legalmente e tiveram mais três filhos. A vida doméstica durou pouco, e Garibaldi envolveu-se na defesa do Uruguai contra a agressão argentina liderada por Juan Manuel Rosas; ele chegou ao cargo de comandante-chefe da Marinha uruguaia.

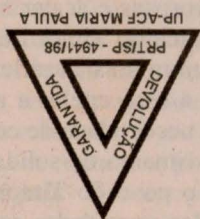
Homenagem e carinho dos italianos

A família Garibaldi viveu em Montevideu até 1847, quando as reformas liberalizantes do papa Pio IX criaram as condições favoráveis para a luta pela independência e unificação da Itália. Garibaldi volta para sua terra e, em janeiro do ano seguinte, Anita com os filhos também vão para lá.

Era 1848, o “ano das revoluções” na Europa; em março, o povo de Milão levanta-se no episódio sangrento conhecido como “cinco jornadas”; os ventos liberalizantes são contidos, e a luta pela independência nacional italiana retoma o mesmo caminho difícil de antes. Garibaldi torna-se um dos generais daquela guerra, e seu mais precioso soldado é Anita, que recusa-se, muitas vezes de forma rude, a afastar-se de seu lado. Deixa os filhos com a sogra, e acompanha o marido numa luta que parecia sem fim até que, em julho de 1849, contrai uma febre – depois falou-se em septicemia – agravada pelo empenho com que ela dedicava-se à luta e que os recursos médicos de então não conseguiram curar. Anita morreu ao entardecer do dia 4 de agosto de 1849, nos braços de Giuseppe, em Ravenna, no norte da Itália.

A homenagem e o carinho dos italianos traduzem-se nos sucessivos sepultamentos que teve – seis ao todo – até a construção de um túmulo e um monumento em Roma para acolher seus restos mortais, já em nosso século.

A vida dessa revolucionária notável está sendo lembrada, na passagem dos 150 anos de sua morte, pelo lançamento de três obras importantes: *Anita Garibaldi, uma heroína brasileira*, do jornalista Paulo Markun; *De sonhos e utopias... Anita e Giuseppe Garibaldi*, de Yvonne Capuano, e o romance de Flávio Aguiar, *Anita, Romance*.



IMPRESSO
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 58 - Bela Vista
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA